

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

JERÔNIMO ERIG WEILLER

PROBLEMAS COM O ORGANICISMO DE VAN INWAGEN

Porto Alegre

2024

JERÔNIMO ERIG WEILLER

PROBLEMAS COM O ORGANICISMO DE VAN INWAGEN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Francisco Estrella Faria

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Weiller, Jerônimo Erig
Problemas com o Organicismo de van Inwagen /
Jerônimo Erig Weiller. -- 2024.
59 f.
Orientador: Paulo Francisco Estrella Faria.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Filosofia, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Metafísica. 2. Mereologia. 3. Composição. 4.
Peter van Inwagen. 5. Identidade. I. Faria, Paulo
Francisco Estrella, orient. II. Título.

JERÔNIMO ERIG WEILLER

PROBLEMAS COM O ORGANICISMO DE VAN INWAGEN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Porto Alegre, 23 de agosto de 2024.

Resultado: Aprovado com conceito A.

Banca examinadora:

Paulo Francisco Estrella Faria (Orientador)

Departamento de Filosofia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Eros Moreira de Carvalho

Departamento de Filosofia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Rhamon de Oliveira Nunes

Departamento de Filosofia

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Àqueles que me apoiaram
depois dos dois foras que
levei durante a confecção
deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Nos últimos dois trabalhos acadêmicos maiores que fiz, o TCC no direito e a dissertação na filosofia, agradei a quase todo mundo que seria possível agradecer. Portanto, desta vez, a maioria dos agradecimentos terão de ser repetidos.

Agradeço muito mais uma vez à minha família e a todos os meus amigos, que contribuíram para que esta outra graduação fosse possível. Um agradecimento especial vai para o meu primo, o Gabriel, pelas discussões sobre filosofia e, em particular desta vez, pelas conversas sobre física, que me ajudaram neste trabalho, assim como para o Rafael, tanto pelas discussões sobre filosofia em geral quanto sobre lógica em particular, que também me ajudaram neste trabalho.

Agradeço ainda àqueles que conheci nas atividades extracurriculares de que participei, assim como nos eventos acadêmicos. Não poderia deixar de agradecer em especial à Nicolli pela grande ajuda nos últimos meses, assim como à Lídia, à Maria e à Elaine.

Repito também o agradecimento aos professores de filosofia que já tive, quantidade que aumentou um pouco desde a dissertação, e adiciono os professores de outras matérias, que, à sua maneira, também contribuíram para que eu seja quem sou hoje. Dentre os professores, um agradecimento especial vai para o meu orientador, Paulo Faria, pelas ótimas sugestões de leitura, pela disponibilidade para conversas, quer sobre o trabalho em reuniões ou sobre outros temas de filosofia após a aula, e por sempre incentivar o pensamento crítico e autônomo.

*Do not fear to be eccentric in
opinion, for every opinion now
accepted was once eccentric.*

Bertrand Russell

RESUMO

Este trabalho tem como objetivos apresentar a resposta de Peter van Inwagen à questão especial da composição e elencar problemas que a afligem. A questão especial da composição é o problema metafísico de determinar em que situações um grupo de objetos compõe um novo objeto, que os tem como partes. Para esclarecer a questão, inicialmente são abordadas outras hipóteses de resposta, assim como suas vantagens e desvantagens. Posteriormente bastante espaço é dedicado à apresentação detalhada da resposta de van Inwagen, o “organicismo”, segundo o qual objetos compõem algo se e somente se a sua atividade constitui uma vida. A partir dessa análise, assim como do tratamento que o autor dá às vaguezas quanto à identidade e à existência que ele reconhece, são apontadas diversas dificuldades que a sua teoria enfrenta. Um esboço de resposta alternativa à questão especial da composição é apresentado ao final.

Palavras-chave: Metafísica. Composição. Mereologia. Peter van Inwagen. Organicismo.

ABSTRACT

This work's aims are presenting Peter van Inwagen's answer to the special composition question and listing problems it faces. The special composition question is the metaphysical problem of determining in which situations a group of objects composes a new object that has them as its parts. At first, in order to clarify the question, other answer hypotheses are considered, as well as their advantages and disadvantages. Afterwards much space is dedicated to the detailed presentation of van Inwagen's answer, "organicism", according to which objects compose something if and only if their activity constitutes a life. Based on this analysis, as well as on the author's treatment of the vaguenesses of identity and existence he recognizes, many difficulties his theory faces are indicated. A sketch of an alternative answer to the special composition question is presented at the end.

Keywords: Metaphysics. Composition. Mereology. Peter van Inwagen. Organicism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores de verdade de frases iniciadas por “ \sim ” ou “indef”.....	45
Tabela 2 – Valores de verdade de “ $\exists G$ ”	52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A QUESTÃO ESPECIAL DA COMPOSIÇÃO E ALGUMAS HIPÓTESES DE RESPOSTA.....	11
3. NIILISMO E UNIVERSALISMO MEREOLÓGICOS.....	15
4. A RESPOSTA DE VAN INWAGEN À QUESTÃO ESPECIAL DA COMPOSIÇÃO....	21
5. PROBLEMAS COM O ORGANICISMO.....	35
6. CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS.....	57

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivos explicar e criticar a resposta de Peter van Inwagen à chamada “questão especial da composição”. Trata-se, em suma, da questão sobre em que situações um conjunto de objetos compõe um objeto complexo que os tem como partes.

No primeiro capítulo, a questão é apresentada e são analisadas algumas primeiras hipóteses de resposta, baseadas em diferentes níveis de ligação física entre objetos ou do tipo “seriado”, que são rejeitadas por van Inwagen por diversos motivos. O segundo capítulo, por sua vez, é dedicado às respostas “extremas” à questão, o niilismo e o universalismo mereológicos, sendo abordadas defesas dessas teses por parte de outros autores, como Theodore Sider e Michael Rea.

O terceiro capítulo trata da resposta à questão defendida por van Inwagen, conhecida como “organicismo”, segundo a qual objetos compõem algo se e somente se a sua atividade constitui uma vida, assim como de algumas características do tipo de evento que são vidas. Por fim, o quarto capítulo deste trabalho se debruça sobre os três últimos capítulos da obra de van Inwagen, nos quais o tema da vagueza é desenvolvido, além de apresentar críticas à sua posição e desenvolver brevemente algumas ideias autorais.

É concluído que a resposta de van Inwagen, por mais que tenha o potencial de gerar diversas reflexões e ser instrutiva para trabalhos posteriores, não deve ser endossada devido às diversas dificuldades teóricas que a afligem.

2. A QUESTÃO ESPECIAL DA COMPOSIÇÃO E ALGUMAS HIPÓTESES DE RESPOSTA

Para apreciar bem em que consiste o organicismo de van Inwagen, é preciso compreender a principal questão que ele busca responder em sua obra *Material Beings*: trata-se da chamada “questão especial da composição”. Van Inwagen credits Hestevold como sendo o primeiro filósofo contemporâneo a formulá-la¹ e não vejo razões para duvidar desse diagnóstico. Embora Hestevold foque suas reflexões em pares de objetos,² trata-se, de modo mais genérico, da questão de que condições precisam ser cumpridas para que um grupo

¹ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, p. 287.

² HESTEVOLD, H. Scott. **Conjoining**. *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 41, no. 3. Rhode Island: International Phenomenological Society, 1981, pp. 371 e 377.

qualquer de objetos componha alguma outra coisa que os tem como partes.³ Usando a noção de variáveis plurais, van Inwagen a formaliza afirmando que se trata da questão de quando é verdadeiro que “ $\exists y$ os x s compõem y ”.⁴

Antes de apresentar a sua resposta, van Inwagen considera algumas respostas possíveis à questão e explica por que não as adota. Começamos por aquelas que ele considera menos convincentes e às quais dedica menos tempo, deixando as posições mais ameaçadoras à sua tese para depois.

A primeira é denominada “contato”: objetos compõem um novo objeto se e somente se estão em contato. Um grupo de objetos é considerado em contato caso nenhum deles se sobreponha espacialmente a outro e caso a seguinte condição seja cumprida: “se y e z estão dentre os x s, então y está em contato com z , ou y está em contato com w , que é um dos x s e está em contato com z , ou etc.”. Também é estipulado que um objeto está sempre em contato consigo mesmo, para manter a convenção de que um objeto é sempre parte de si.⁵

Essa tese é rejeitada por duas principais razões. A primeira é o fato de, segundo a ciência contemporânea, as partículas elementares nunca estarem de fato em contato uma com a outra, havendo sempre algum espaço vazio entre elas;⁶ se esse princípio de composição fosse correto, não haveria objetos compostos, consequência inaceitável para van Inwagen, mas que ele abordará posteriormente ao discutir o nihilismo mereológico.

A outra dificuldade de “contato” surge caso ignoremos a ciência contemporânea e pressuponhamos um universo povoado por objetos sólidos de diversos tamanhos, tendo superfícies e sendo feitos de diferentes materiais (*stuffs*⁷). Se a natureza do universo fosse essa

³ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 21-2.

⁴ *Ibid.*, p. 30. Alguns comentários sobre essa formalização: van Inwagen introduz variáveis plurais de forma análoga a como Quine introduz variáveis singulares em QUINE, Willard van Orman. **Mathematical Logic**. Edição Revisada. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1981, pp. 65-71, imaginando uma linguagem igual ao inglês, exceto pelo fato de possuir uma quantidade indefinida de pronomes na terceira pessoa do plural (“they(them)x”, “they(them)y” etc.) e usando as variáveis plurais para abreviar tais pronomes (VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, p. 25); a expressão “os x s compõem y ”, por sua vez, é uma abreviação para “os x s são todos partes de y e os membros de nenhuma dupla dentre os x s se sobrepoem e toda parte de y se sobrepoem a pelo menos um dos x s” (*ibid.*, pp. 28-9) (pequenas adaptações foram necessárias para traduzir a definição de van Inwagen, já que o português não possui uma expressão que seja uma tradução direta de “no two of the x s”; todas as traduções deste trabalho, quando não fizerem referência a um texto já em português, são traduções livres). “ $\exists y$ os x s compõem y ”, por utilizar uma variável plural, acaba por ser uma função proposicional, que não pode, estritamente falando, ser verdadeira ou falsa; o que van Inwagen quer saber ao questionar “quando é verdadeiro que ‘ $\exists y$ os x s compõem y ’” é que conjuntos de objetos (e em que contextos; não à toa ele diz que, se tivesse de ser demasiadamente escrupuloso, teria de adicionar a expressão “em t ” às frases sobre composição que escrevesse (*ibid.*, p. 29)) podemos inserir na função no lugar de “os x s” de modo que a proposição resultante seja verdadeira.

⁵ *Ibid.*, p. 33.

⁶ *Ibid.*, p. 34.

⁷ O termo “*stuff*” normalmente é utilizado para se referir a uma quantidade de algo que parece ser contínua, não composta por diversos objetos mais simples; por exemplo, como a água era vista antes da teoria atômica. Van

e “contato” fosse verdadeiro, teríamos a consequência de que sempre que duas coisas se encostassem, um objeto novo seria criado; se duas pessoas apertassem suas mãos, surgiria, naquele momento, um objeto complexo tendo cada uma dessas pessoas como partes suas.⁸

Essas consequências são inaceitáveis para van Inwagen. Ele não afirma explicitamente, mas tudo indica que ele não as aceita por se afastarem demasiadamente do senso comum.⁹ Além disso, ele aponta que negar contato nos permite evitar algumas questões metafísicas complexas, como a de se o mesmo objeto é criado em dois momentos diferentes em que pessoas apertam suas mãos, ou se teríamos um objeto distinto em cada caso (muito embora, como veremos adiante, a resposta de van Inwagen levanta questões metafísicas que me parecem ainda mais complexas, como a possibilidade de vagueza existencial).¹⁰

As respostas seguintes são como que “desenvolvimentos” da primeira. Trata-se de níveis cada vez mais complexos de ligação física entre objetos. A segunda é “fixação” (*fastening*): ou seja, a tese de que a composição ocorre quando objetos estão em contato de tal modo que apenas uma pequena quantidade de forças aplicadas a esses objetos, com magnitudes e direções específicas, seria capaz de separá-los sem destruí-los ou deformá-los. É o caso de uma porca e um parafuso. Podemos, contudo, imaginar casos em que intuitivamente percebemos que objetos estão fixados mas não compõem algo: se as duas pessoas que apertaram suas mãos ficassem com as mãos entrelaçadas e paralisadas, haveria poucos modos de aplicar força a elas que as separariam sem lhes causar dano.¹¹ Mais uma vez, temos um apelo a intuições do senso comum quanto à composição.

A terceira resposta é “coesão”: a hipótese segundo a qual a composição ocorre quando o contato entre os objetos é tal que seria impossível separá-los sem quebrá-los, como no caso da soldagem de metais. Novamente apelando a nossas intuições, van Inwagen sustenta que essa hipótese é insuficiente porque, caso colássemos as mãos de duas pessoas com alguma cola poderosa, não teríamos gerado um novo objeto.¹²

Inwagen afirma que parece ser possível atribuir esse conceito à visão de Aristóteles quanto aos componentes de seres vivos, embora reconhecendo o risco de anacronismo (*ibid.*, pp. 15, 92 e 98). Para uma boa introdução ao debate entre uma ontologia de coisas (*things*) e de materiais (*stuffs*), *vide* STEEN, Mark. **The Metaphysics of Mass Expressions**. In: The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Eds. Edward Nouri Zalta e Uri Nodelman. Versão Outono 2022. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/metaphysics-massexpress/> (último acesso às 18:03 de 27/06/2024).

⁸ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 34-5.

⁹ Como Sider diria, muitos filósofos apelam ao senso comum sem admiti-lo; *vide* SIDER, Theodore. **Against Parthood**. In: Oxford Studies in Metaphysics, vol. 8. Eds. Karen Bennett e Dean W. Zimmerman Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 247-8.

¹⁰ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, p. 36.

¹¹ *Ibid.*, pp. 56-8.

¹² *Ibid.*, p. 58.

A quarta, que representaria o nível mais extremo de contato entre objetos, é “fusão”. Teríamos fusão quando os objetos são unidos de tal modo que não restam fronteiras a serem descobertas entre eles, como ocorreria após encostarmos metais suficientemente puros, sem camadas de oxidação ao seu redor. Van Inwagen constrói um experimento de pensamento que poderia ter saído de um romance de ficção científica para argumentar contra essa tese: imaginemos duas irmãs gêmeas idênticas, Alice e Beatriz. Suponhamos que um cientista louco corte a mão esquerda de Alice e a mão direita de Beatriz e, posteriormente, una os seus braços nos locais dos cortes. Se a anatomia dos pulsos das duas for suficientemente similar e as curas adequadas, teríamos uma situação em que não poderíamos dizer quanto a algumas células se são de Alice ou de Beatriz. Mas, como parece claro para van Inwagen, não há um objeto ali que as tem como partes, o que torna essa teoria também inadequada.¹³ Além disso, ele reconhece que todas essas respostas se utilizam de conceitos vagos que só parecem fazer sentido para objetos de tamanhos com que lidamos no cotidiano.¹⁴

Após considerar todas essas respostas que se utilizam de apenas um tipo de ligação física, van Inwagen desenvolve outro tipo de resposta possível à questão especial da composição: respostas de tipo *seriado*. Essas seriam respostas segundo as quais o tipo de relação relevante para que a composição ocorra depende da natureza dos objetos em questão; aquilo que faz átomos comporem uma molécula não seria o mesmo que faz órgãos comporem um ser humano. Teríamos, portanto, algo como “ $\exists y$ os x s compõem y se e somente se os x s são $F1$ e estão na relação $R1$ entre si, ou os x s são $F2$ e estão na relação $R2$ entre si etc.”¹⁵

Várias questões, contudo, fazem com que van Inwagen seja cético com relação a respostas desse tipo. Inicialmente, ele percebe um risco de circularidade nelas: ainda que tivéssemos uma resposta relativamente simples, com apenas dois níveis de complexidade, $F1$ e $F2$, essa resposta teria de fazer referência, no lado direito do bicondicional, a objetos que são $F1$ e $F2$, o que só poderia significar “objetos sem partes próprias” e “objetos compostos de $F1$ s”; mas uma resposta à questão especial da composição, segundo o autor, não pode conter termos mereológicos como “parte” ou “composição” do lado direito do seu bicondicional.^{16 17}

¹³ *Ibid.*, pp. 58-60.

¹⁴ *Ibid.*, pp. 61 e 236.

¹⁵ *Ibid.*, p. 63.

¹⁶ *Ibid.*, pp. 31 e 64.

¹⁷ Ainda que o universo fosse tal que apenas $F1$ s pudessem estar entre si na relação $R1$, apenas $F2$ estar entre si na relação $R2$ etc., de modo que a resposta pudesse prescindir da referência a $F1$ s e $F2$ s ao apenas listar os tipos de relação, isso tornaria essa resposta desinteressante, pois a motivação para a adoção de uma resposta do tipo seriado é o fato de que parece plausível que alguns objetos poderiam compor coisas estando, por exemplo, fixados (maquetes de Lego), ao passo que outros objetos (seres humanos), não; *ibid.*, pp. 64-5.

Além disso, se uma resposta de tipo seriado for verdadeira, a relação “ser parte de” não seria transitiva, já que os F1s não estariam na relação R2 entre si para ser partes de um objeto composto de F2s (ou, ao menos, van Inwagen não vê como desenvolver uma resposta que preserve a transitividade da relação “ser parte de”, garantindo que os F1s fossem parte de um objeto composto a partir de F2s, sem fazer referência, no lado direito do bicondicional dessa resposta, a termos mereológicos; eu tampouco consigo imaginar¹⁸).¹⁹

Por fim, quatro observações também motivam o ceticismo de van Inwagen: nenhum filósofo que ele conheça forneceu uma resposta seriada, o que torna difícil julgar se uma delas seria verdadeira; uma resposta desse tipo parece um pouco *ad hoc*, já que partiria da pressuposição de que certos objetos do senso comum existem e tentaria, a partir daí, depreender as relações necessárias para gerá-los, o que implicaria uma resposta tão complexa que talvez apenas Deus pudesse conhecê-la; também parece *ad hoc* o fato de que as relações relevantes às vezes geram um objeto composto, às vezes não²⁰; por fim, uma resposta desse tipo (assim como qualquer uma das respostas anteriores baseadas em ligação física, por sinal) não parece sugerir qualquer resposta aos paradoxos que normalmente motivam o estudo da metafísica de objetos, como a sua identidade ao longo do tempo e da mudança, a (im)possibilidade de um mesmo objeto ser composto por diferentes partes, a questão de se a interrupção e retomada da relação que gera composição geraria o mesmo objeto ou um novo, a (in)essencialidade do arranjo das partes etc.²¹

3. NIILISMO E UNIVERSALISMO MEREOLÓGICOS

Tendo analisado alguns candidatos iniciais a respostas à questão especial da composição, podemos passar às duas respostas que van Inwagen denomina “extremas”, bastante populares entre estudiosos da mereologia: o niilismo e o universalismo. Para tanto, vamos nos basear no livro *Material Beings*, mas também em artigos de autores que defendem essas teses, para tentar fornecer um tratamento justo delas.

¹⁸ Mas não tenho tanta convicção de que qualquer uso de termos mereológicos em uma resposta à questão especial da composição seja problemático; uma resposta do tipo “os xs são F1 e estão na relação R1 entre si; ou os xs são F2 e estão na relação R2 entre si; ou os xs são F1, todo membro dos xs está em um conjunto com outros membros dos xs que estão na relação R1 entre si e os objetos compostos pelos diferentes conjuntos de xs pelo fato de estarem na relação R1 entre si (ou seja, que são F2) estão na relação R2 entre si etc.” não seria informativa?

¹⁹ *Ibid.*, pp. 65-6.

²⁰ Ao menos nas respostas interessantes; *vide* nota 17.

²¹ *Ibid.*, pp. 66-70.

Começamos pelo niilismo mereológico. Trata-se, em suma, da negação da possibilidade de composição: os únicos objetos materiais seriam entidades físicas simples; de acordo com o que a física atual sugere, coisas como quarks, léptons, bósons, elétrons, fótons e glúons. Van Inwagen rejeita essa posição muito rapidamente, apontando que ele e o leitor existem e são objetos compostos, negando as hipóteses de que pessoas não existiriam ou seriam simples não físicos.²²

Mas, para apreciar essa tese, é relevante entender o que a motivaria. Podemos listar várias razões. Uma vantagem que van Inwagen aponta posteriormente em sua obra como se aplicando também à sua resposta à questão especial da composição é o fato de dissolvermos paradoxos que atormentam filósofos e não filósofos há milênios, como o do navio de Teseu: se não há navios, apenas diversos simples se movimentando pelo espaço ao longo do tempo, não há uma resposta a ser descoberta para a pergunta “qual dos dois navios é o de Teseu, o que foi mudado ao longo do tempo ou o que foi construído a partir das tábuas originais?”²³

Além disso, todo o debate a respeito da possibilidade de dois objetos estarem colocalizados em um mesmo espaço ao mesmo tempo seria evitado (como seria o caso, por exemplo, de haver em um mesmo espaço um amontoado de granito e uma estátua).²⁴ O niilismo também evitaria o problema da vagueza quanto à composição que aflige diversas outras respostas à questão especial da composição;²⁵ nos aprofundaremos neste ponto posteriormente, ao analisar criticamente a resposta de van Inwagen à questão.

Outro aspecto desejável da tese, exposto por Theodore Sider em seu artigo “Against Parthood”, é aquilo que ele denominou “parcimônia ideológica”. A distinção entre a “ontologia” e a “ideologia” de uma teoria foi exposta por Quine:²⁶ enquanto a ontologia consiste nos objetos que uma teoria postula, a ideologia consiste nas noções lógicas ou extralógicas que a teoria utiliza sem definir. Sider pressupõe tanto o princípio de que a simplicidade é um guia para a verdade quanto a ideia de que cortar noções primitivas, em algum sentido, “simplifica” uma

²² *Ibid.*, pp. 72-3.

²³ *Ibid.*, p. 128.

²⁴ BENNETT, Karen. **Composition, Colocation and Metaontology**. In: *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Eds. David Chalmers, David Manley e Ryan Wasserman. Oxford: Clarendon Press, 2009, p. 45.

²⁵ NUNES, Rhamon de Oliveira. **Totalidades e Estrutura Mereológica: Um Estudo sobre a Natureza dos Objetos Compostos**. 2020. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 32.

²⁶ QUINE, Willard van Orman. **Ontology and Ideology**. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, vol. 2, no. 1. Berlim: Springer, 1951, pp. 14-5.

teoria. Como o niilismo mereológico nos permitiria nos livrar da noção de “parte” na nossa ideologia, isso contaria a favor de sua veracidade.²⁷

O restante do artigo de Sider é, em boa medida, uma defesa do niilismo mereológico contra algumas das principais críticas a ele. Abordar todos os pontos do artigo seria uma digressão exagerada, mas vale a pena mencionar algumas de suas respostas a essas críticas para esclarecer por que alguém defenderia uma tese radical como o niilismo.

A primeira resposta visa dar conta da aparente absurdez de negar a existência dos objetos compostos do nosso dia a dia, como mesas, cadeiras, computadores e pessoas. Em face desse problema, é utilizado o método da paráfrase. Esse método é desenvolvido na própria obra de van Inwagen, tendo em vista que ele também nega a existência de diversos objetos do nosso cotidiano, como veremos mais tarde. Façamos, portanto, um breve retorno à sua obra.

Em suma, é defendido que a verdade de frases enunciadas cotidianamente, como “há duas cadeiras valiosas na sala ao lado”, é compatível com a verdade de frases como “não existem cadeiras”. A frase cotidiana expressaria, na verdade, a proposição de que há, naquele local, diversos simples arranjados em formato de cadeira, o que é compatível com a proposição “não existem cadeiras”.²⁸

Em resposta aos filósofos que o acusariam de estar realizando um movimento *ad hoc* desesperado, van Inwagen mostra como esse tipo de movimento é extremamente comum. Por exemplo: seria ridículo criticar alguém que dissesse “está chovendo, mas também não está” pelo fato de essa pessoa ter anteriormente dito defender o princípio de não-contradição. Ou ainda: acusar alguém de negar a revolução copernicana por ter dito que “esfriou depois que o sol se moveu para trás dos olmos”.²⁹ Não parece haver qualquer problema em usar frases no dia a dia às quais, se tomadas literalmente, seríamos obrigados a negar assentimento.

Sider difere levemente de van Inwagen ao não admitir que essas enunciações cotidianas sejam verdadeiras; ele afirma que elas seriam apenas “corretas”.³⁰ Isso é um caso daquilo que van Inwagen denominou um “termo de recomendação alética”: basicamente, significa que essas enunciações expressam falsidades que podem ser tratadas como verdades para a maioria dos fins práticos.³¹

²⁷ SIDER, Theodore. **Against Parthood**. In: Oxford Studies in Metaphysics, vol. 8. Eds. Karen Bennett e Dean W. Zimmerman Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 238-9.

²⁸ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 100-2.

²⁹ *Ibid.*, p. 101.

³⁰ SIDER, Theodore. **Against Parthood**. In: Oxford Studies in Metaphysics, vol. 8. Eds. Karen Bennett e Dean W. Zimmerman Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 248-50.

³¹ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 102-3.

Uma objeção bastante comum a essa estratégia consiste em sustentar que o niilista estaria comprometido com diversas propriedades do tipo “estarem arranjados em formato de x” sendo aplicadas a conjuntos de simples, o que ameaçaria a “parcimônia ideológica” que seria uma vantagem do niilismo. Podemos ver exemplos desta objeção em artigos de Karen Bennett³² e de Jonathan Tallant.³³ Sider responde a eles afirmando que parcimônia ideológica é relevante em teorias sobre a natureza fundamental do mundo (na visão dele, física, matemática e metafísica fundamental) e, portanto, não haveria problemas em admitir complexidade ideológica ao tratar de biologia, sociologia, economia ou questões do cotidiano.^{34 35}

De fato, expandindo um pouco o ponto de Sider, eu diria que um niilista poderia simplesmente negar que exista uma propriedade tal como “estarem arranjados em formato de x”. Van Inwagen diz que um defensor da teoria linguística da vagueza afirmaria isso com relação à pseudopropriedade “ser rico”. Haveria propriedades que nos compeliriam a chamar alguém de rico, propriedades que nos compeliriam a negar que alguém seja rico, propriedades irrelevantes para essa denominação e propriedades que nos fariam hesitar quanto a descrever alguém como rico. Mas o termo “rico” não se referiria a qualquer propriedade real, o que explicaria a sua vagueza.³⁶ Do mesmo modo, haveria situações que compeliriam qualquer um a dizer que “há aqui simples em formato de cadeira”, situações que compeliriam qualquer um a dizer que “não há aqui simples em formato de cadeira” e situações que levariam alguns a dar uma dessas respostas, alguns a dar a outra e outros ainda a ficar em dúvida. Ou seja, se não existissem pessoas, simplesmente nunca seria verdadeiro ou “correto” que simples estão em formato de cadeira.³⁷

³² BENNETT, Karen. **Composition, Colocation and Metaontology**. In: *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Eds. David Chalmers, David Manley e Ryan Wasserman. Oxford: Clarendon Press, 2009, pp. 64 e 66.

³³ TALLANT, Jonathan. **Against Mereological Nihilism**. *Synthese*, vol. 191, no. 7. Berlim: Springer, 2014, p. 1523.

³⁴ SIDER, Theodore. **Against Parthood**. In: *Oxford Studies in Metaphysics*, vol. 8. Eds. Karen Bennett e Dean W. Zimmerman Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 240.

³⁵ Ao ponto de Tallant contra o niilismo, segundo o qual precisaríamos reconhecer a existência de moléculas de quiralidades distintas para explicar o comportamento da luz na nossa teoria fundamental do universo, eu responderia que não há razões para acreditar que o comportamento da luz não seria explicável (ao menos em princípio, embora talvez não na prática) fazendo referência apenas à interação das ondas de luz com cada uma das partículas que comporiam tais moléculas, se essas existissem; *vide* TALLANT, Jonathan. **Against Mereological Nihilism**. *Synthese*, vol. 191, no. 7. Berlim: Springer, 2014, pp. 1523-5.

³⁶ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 231-2.

³⁷ Essa resposta também é aplicável à sugestão de Bennett de que o niilista não teria uma vantagem particular ao evitar o debate sobre dois objetos poderem estar localizados em uma mesma região do espaço ao mesmo tempo, em BENNETT, Karen. **Composition, Colocation and Metaontology**. In: *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Eds. David Chalmers, David Manley e Ryan Wasserman. Oxford: Clarendon Press, 2009, pp. 69-70.

Outra resposta que é interessante abordar diz respeito àquilo que Sider denominou “mooreanismo”. Trata-se da crença de que o fato de uma tese estar em harmonia com o senso comum conta em favor da sua verdade. Para alguns essa harmonia é quase decisiva quando duas teorias estão em disputa, ao passo que, para outros, é um fator dentre muitos.³⁸

Sider reage a esse sentimento simplesmente questionando por que razão deveríamos atribuir valor a uma tese pelo simples fato de ela ser adotada por muitas pessoas, ou ter sido herdada de nossos antepassados. O senso comum deve ser levado em consideração em situações nas quais existe alguma razão independente para acreditar que ele é um bom indicador da verdade; mas em questões extremamente teóricas e abstratas, como a sobre se existem cadeiras ou apenas simples em formato de cadeira (uma distinção que possivelmente não passou pela mente da maioria dos nossos antepassados), não parece haver uma razão independente para acreditar que o senso comum indica a verdade.³⁹

Caso queiramos defender algumas proposições do senso comum de céticos, como “existe um mundo exterior”, Sider sustenta que, se essas proposições forem razoáveis, haverá razões independentes para defendê-las, como a inferência para a melhor explicação das nossas experiências sensoriais utilizada por Russell e Quine.⁴⁰

Alguns filósofos defendem proposições como “mesas existem” e afirmam não tirar a justificção dessas proposições do fato de fazerem parte do senso comum; simplesmente tomam essas proposições como premissas. Sider diz que essas “proposições básicas” acabam sempre tendo a notável propriedade de fazer parte do senso comum e que, se esses autores não forem capazes de dar alguma outra fonte de justificção para elas, não seria razoável seguir insistindo nelas caso alguma argumentação levantasse dúvida contra elas.⁴¹

Passemos agora ao universalismo mereológico. Em suma, é a tese de que, para qualquer conjunto de objetos, há um outro objeto que tem esses objetos como partes. Essa tese, assim como o niilismo, evita situações em que há vagueza quanto à composição,⁴² assim como nos permite falar sobre os nossos objetos do cotidiano, embora pelo preço de reconhecer muitíssimos objetos que não reconheceríamos normalmente, como o objeto composto pela

³⁸ SIDER, Theodore. **Against Parthood**. In: Oxford Studies in Metaphysics, vol. 8. Eds. Karen Bennett e Dean W. Zimmerman Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 245-6.

³⁹ *Ibid.*, pp. 246-7.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 247; RUSSELL, Bertrand Arthur William. **The Problems of Philosophy**. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 11; QUINE, Willard van Orman. **On What There Is**. The Review of Metaphysics, vol. 2, no. 5. Washington, D.C.: Philosophy Education Society Inc., 1948, p. 36.

⁴¹ SIDER, Theodore. **Against Parthood**. In: Oxford Studies in Metaphysics, vol. 8. Eds. Karen Bennett e Dean W. Zimmerman Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 247-8.

⁴² NUNES, Rhamon de Oliveira. **Totalidades e Estrutura Mereológica: Um Estudo sobre a Natureza dos Objetos Compostos**. 2020. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 25.

minha orelha esquerda, Saturno, dezessete grãos de areia do Saara e 3/4 de um bolo em uma padaria francesa. Essa visão é tão popular que é um dos axiomas da teoria que ficou conhecida como “mereologia clássica”.⁴³

À refutação dessa tese van Inwagen dedica mais tempo que à refutação do niilismo. Ele colaciona diversas premissas que considera bastante razoáveis e demonstra que, por elas serem incompatíveis, o universalismo seria falso. Elas são as seguintes:

- A) Eu existo agora e eu existia dez anos atrás.
- B) Eu sou um organismo (no sentido biológico) e sempre fui um organismo.
- C) Todo organismo é composto por (alguns) átomos (ou outros) em todo momento de sua existência.
- D) Considere qualquer organismo que existia dez anos atrás; todos os átomos que o compunham dez anos atrás ainda existem.
- E) Considere qualquer organismo que existe agora e existiu dez anos atrás; nenhum dos átomos que compõem agora esse organismo está dentre aqueles que o compuseram dez anos atrás.
- F) Se o universalismo for verdadeiro, então os xs não podem nunca compor dois objetos. Isto é, os xs não podem compor dois objetos tanto simultânea quanto sucessivamente. Mais formalmente, se o universalismo for verdadeiro, então não é possível que $\exists y \exists z \exists w \exists v$ (os xs compõem y no momento w, os xs compõem z no momento v e y não é idêntico a z).⁴⁴

O argumento é, em suma, o que se segue. “C”, “D” e “E” estariam justificadas por serem fatos empíricos. “A” e “B” não recebem uma defesa argumentativa, embora van Inwagen afirme que a sua resposta à questão especial da composição esclareceria como podemos ser objetos que persistem ao longo do tempo e admita não compreender o que os filósofos querem dizer ao sustentar que há algo chamado “o nosso corpo”, que não seria idêntico a nós, mas estaria em algum tipo de relação especial para conosco.

“F”, por sua vez, é algo que van Inwagen diz ser aceito por todos os universalistas que conhece. Ele sustenta que o universalista estaria comprometido com isso porque, se um conjunto de objetos sempre necessariamente compõe algum objeto que os tem como partes, pareceria demasiadamente arbitrário definir um ponto específico em que o rearranjo desses objetos faria com que eles compusessem outro objeto.

Aceitando essas premissas, percebemos que os átomos que me compunham dez anos atrás seguem compondo um mesmo objeto; mas esse objeto, hoje, seria composto de partes desconexas espalhadas ao redor do planeta; o que normalmente chamaríamos de “eu” hoje tem outras partes e, portanto, seria outro objeto segundo o universalismo; mas, como pressupusemos

⁴³ COTNOIR, Aaron J.; VARZI, Achille C.. **Mereology**. Oxford: Oxford University Press, 2021, p. 30; BENNETT, Karen. **Composition, Colocation and Metaontology**. In: *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Eds. David Chalmers, David Manley e Ryan Wasserman. Oxford: Clarendon Press, 2009, p. 45.

⁴⁴ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, p. 75.

que eu me mantive sendo o mesmo objeto ao longo desses últimos dez anos, chegamos a uma contradição, o que demonstraria que o universalismo é falso.^{45 46}

Embora a aceitação de todas essas premissas concomitantemente de fato torne o universalismo uma posição incoerente, muitas delas podem ser questionadas. Van Inwagen reconhece as críticas de diversos filósofos às premissas “A” e “B”, mas até mesmo a “F”, que ele diz acreditar ser incontroversa entre universalistas, pode ser questionada.

É exatamente isso que Michael Rea faz em *In Defense of Mereological Universalism*. Ele defende que é completamente razoável crer que, embora um conjunto de objetos sempre componha algum outro objeto, que objeto eles compõem pode variar com o tempo, a depender do arranjo das partes.⁴⁷

Como mencionado anteriormente, van Inwagen nega isso porque acredita que seria demasiadamente arbitrário estabelecer um ponto específico em que o rearranjo dos objetos faça com que eles componham algo diferente. As únicas respostas não arbitrárias seriam ou aquela que ele sustenta ser defendida por basicamente todos os universalistas, ou uma resposta mais extrema que o essencialismo mereológico⁴⁸: o *essencialismo posicional*, segundo o qual qualquer rearranjo das partes de um objeto faz com que ele deixe de existir e um novo objeto surja.⁴⁹

Rea considera isso uma falsa dicotomia, não vendo problema em existir um certo ponto no rearranjo das partes que mude o objeto que elas compõem. Adicionando a isso algumas premissas, como a de que a composição independe de intenções humanas e a de que qualquer modo de arranjar objetos exemplifica um tipo de objeto, ele chega à conclusão de que o universalismo é a posição mais razoável a ser adotada no debate quanto à questão especial da composição.⁵⁰

4. A RESPOSTA DE VAN INWAGEN À QUESTÃO ESPECIAL DA COMPOSIÇÃO

⁴⁵ *Ibid.*, pp. 75-8.

⁴⁶ Um detalhe que seria útil mencionar é o de que o universalismo não seria, estritamente falando, uma resposta à questão especial da composição para van Inwagen, já que para o autor objetos que se sobrepõem não poderiam compor algo; como o universalismo admite objetos com partes que se sobrepõem, o universalismo diria que todo conjunto de objetos possui uma *soma*, ou *fusão*; *ibid.*, pp. 29 e 79; COTNOIR, Aaron J.; VARZI, Achille C.. **Mereology**. Oxford: Oxford University Press, 2021, p. 30.

⁴⁷ REA, Michael Cannon. **In Defense of Mereological Universalism**. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 58, no. 2. Rhode Island: International Phenomenological Society, 1998, pp. 348-51.

⁴⁸ *I. e.* a tese de que um mesmo objeto não pode ter partes diferentes ao longo do tempo; *vide* VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 6 e 70.

⁴⁹ *Ibid.*, pp. 77-8.

⁵⁰ REA, Michael Cannon. **In Defense of Mereological Universalism**. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 58, no. 2. Rhode Island: International Phenomenological Society, 1998, pp. 350-2.

Neste capítulo, analisaremos a resposta oferecida por van Inwagen à questão especial da composição, que ficou conhecida como “organicismo”. Entendê-la em detalhes será essencial para posteriormente apontar as dificuldades que ela enfrenta. Ela é, em suma, a seguinte: “ $\exists y$ os x s compõem y se e somente se a atividade dos x s constitui uma vida”.⁵¹

Para esclarecer em que situações essa condição estaria satisfeita, o autor começa explicando o que entende por *eventos*. Ele afirma que não tem muito a dizer a esse respeito, precisando deixar a noção em um nível mais ou menos intuitivo. Alguns exemplos são oferecidos, como o de que “a atividade dos candidatos, do eleitorado e do conselho eleitoral constituiu a eleição”.⁵²

A maior parte do capítulo 9, no entanto, é dedicada ao esclarecimento de o que ele quer dizer por “vida”. Ele tem em mente a vida individual de um organismo biológico concreto, não uma série de eventos e acontecimentos, como “a vida de Bertrand Russell” se referindo a uma série de desventuras.⁵³ O que distingue uma vida de outros tipos de eventos é uma questão que deve ser respondida pela biologia, segundo van Inwagen, assim como a química responde a “o que é um metal?” e a física responde a “o que é matéria?”; apesar disso, ele busca dizer algo que contribua um pouco para a resposta a essa pergunta, por meio de analogias complexas e abstratas.⁵⁴

A primeira analogia é a de um clube cujos novos membros são sempre constrangidos a permanecer nele. Quando um novo membro é desejado, uma gangue é enviada para encontrá-lo, levá-lo à sede e associá-lo. Os membros do clube são fiéis a ponto de se dedicar integralmente e entregar seus recursos a ele; quando estes são esgotados, o membro é expulso impiedosamente. Os membros estão, portanto, em um fluxo constante, sendo a única coisa estável a sua constituição (que não é um objeto específico, mas apenas um conjunto complexo de disposições e intenções mantido pela doutrinação assídua dos membros).

Parte da constituição do clube consiste no mandamento de que, quando um membro for expulso, um substituto o mais parecido com ele quanto possível é buscado. O clube, portanto, mantém uma aparência um tanto estável, devido às relações causais que os membros têm uns em relação aos outros, não devido a qualquer agência externa que o monitore.⁵⁵

⁵¹ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 81-2.

⁵² *Ibid.*, p. 82.

⁵³ *Ibid.*, p. 83.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 84.

⁵⁵ *Ibid.*

Posteriormente, uma segunda analogia é apresentada, se aproximando ainda mais de como seria o evento de uma vida. Nela, os seres humanos com intencionalidade são substituídos por autômatos inconscientes, mas tais que, para que possamos prever sua conduta, precisamos adotar perante eles o que Dennett denominou a “postura intencional”.⁵⁶ Também se supõe que há autômatos “selvagens” que “não fazem parte do clube”. Mas, em vez de uma gangue que busca novos membros, imaginamos que existem “grupos de caça” que saem em busca de peças, como porcas, parafusos e diodos.⁵⁷

Assim, quando um autômato “selvagem” é encontrado, ele não é associado, mas desmontado e, com os seus componentes, é feito um novo autômato adequado para ser um membro. Os membros antigos, por outro lado, não seriam mais expulsos, mas desmontados, sendo parte dos seus componentes jogada fora e parte reutilizada para a criação de novos membros. Por fim, é pressuposto que todos os autômatos são feitos de “componentes padrão” indestrutíveis e imutáveis, havendo, por exemplo, 16 tipos diferentes,⁵⁸ sendo cada membro de cada tipo totalmente intercambiável com os demais do mesmo tipo; mas os autômatos não precisam trabalhar com essas unidades mínimas, usando peças compostas de milhares desses componentes padrão.⁵⁹

A analogia segue imperfeita e, visando melhorá-la, van Inwagen se pergunta como seria possível descrever o “clube” sem qualquer referência a estados intencionais ou organizações sociais, mas possuindo conhecimento sobre todos os fatos brutos físicos. Provavelmente, diz ele, alguém que tentasse descrever a situação desse modo precisaria se utilizar de uma metáfora: essa pessoa diria estar observando uma tempestade de componentes padrão complexa e que se mantém, comparável à grande mancha vermelha de Júpiter, que existe há séculos, ou à propagação de uma onda; essa tempestade se moveria pela superfície do mundo, atraindo componentes padrão para si e expelindo outros, podendo ser descrita como um evento homeodinâmico.⁶⁰

⁵⁶ Trata-se, em suma, de imaginar que o objeto é um agente racional, imaginar que tipos de crenças e desejos ele teria dado seu lugar no mundo e propósito e, por fim, prever a sua conduta a partir da pressuposição de que ele buscará seus fins de acordo com suas crenças; *vide* DENNETT, Daniel Clement. **The Intentional Stance**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1989, p. 17.

⁵⁷ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, p. 85.

⁵⁸ Inicialmente me perguntei por que van Inwagen sugeriu um número aleatório como 16 e imaginei que tivesse algo a ver com o modelo padrão da física. Há, contudo, 17 partículas no modelo padrão e mais de uma dessas foram detectadas apenas após a publicação do seu livro, então o número menor não poderia ser devido à ausência de detecção de alguma. Apenas mais tarde percebi que isso faz referência aos “aproximadamente 16 elementos químicos” que ele afirma estarem envolvidos nas reações químicas que constituem uma vida humana; *vide ibid.*, p. 95.

⁵⁹ *Ibid.*, pp. 85-6.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 86.

Um ser que nunca tivesse ouvido falar de organismos e vidas, mas que soubesse física e química, descreveria vidas de uma forma similar, fazendo referência a uma tempestade de átomos que mantém a si mesma, se move pela superfície do mundo, atrai alguns átomos para si e expelle outros. Uma vida, portanto, seria um tipo específico de evento que se mantém, distinta de outros como chamas ou ondas.⁶¹

Van Inwagen lista mais algumas características que ele crê serem possuídas por vidas, para esclarecer a questão um pouco mais do que as analogias anteriores por si sós seriam capazes. Primeiramente, uma vida é um evento razoavelmente bem individualizado; o que ele quer dizer com isso é que, normalmente, há uma resposta razoavelmente clara à questão de se uma vida observada em um tempo e lugar é a mesma vida observada em outro tempo e lugar. Os dois eventos observados podem ser facilmente identificados caso possamos traçar um trajeto no espaço-tempo ligando um ao outro; esse tipo de facilidade em identificar eventos observados não se aplicaria a outros tipos de eventos, como chamas, mas se aplicaria, por exemplo, a ondas.⁶²

Ondas, contudo, possuem seus próprios casos ambíguos. Se duas ondas se encontram, vindo de direções opostas, há um momento em que um observador veria apenas uma onda, com a amplitude igual à soma das amplitudes das duas ondas. Van Inwagen defende que, nessa situação, teríamos de reconhecer que há duas ondas, constituídas pela atividade de um mesmo conjunto de moléculas de água naquele momento. Ele caracteriza ondas, portanto, como eventos “não invejosos”.

Vidas, por outro lado, seriam eventos invejosos. Seria impossível um mesmo conjunto de objetos compor ao mesmo tempo duas vidas. Duas vidas apenas seriam capazes de se sobrepor, segundo o autor, no caso em que os simples que compõem células, que são exemplos de vidas, estão dentre os simples que constituem a vida de um organismo multicelular.⁶³

Van Inwagen denomina *organismos* os objetos compostos pelo fato de a atividade de suas partes constituir uma vida. Organismos têm as características que tipicamente associamos às coisas que, na linguagem comum, chamamos de organismos. Como vidas são eventos invejosos, não parece possível que um mesmo conjunto de objetos componha dois organismos ao mesmo tempo.⁶⁴

⁶¹ *Ibid.*, p. 87.

⁶² *Ibid.*, pp. 87-8.

⁶³ *Ibid.*, pp. 88-9.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 90.

Ao final do capítulo é introduzida a noção de um objeto ser apanhado por uma vida (*caught up in a life*). Em suma, x está sendo apanhado por uma vida quando há y s cuja atividade constitui uma vida e x é um dos y s. Uma consequência disso e da resposta de van Inwagen à questão especial da composição é que x apenas é uma parte própria de algo quando está sendo apanhado por uma vida.⁶⁵

Alguns exemplos são dados para ilustrar essa noção. Imaginemos que Alice tome uma xícara de chá em que há um cubo de açúcar. Um átomo de carbono do açúcar é levado até o intestino de Alice, a partir de onde chega à sua corrente sanguínea e, posteriormente, ao músculo do bíceps do seu braço esquerdo. Lá ele é oxidado em diversos estágios, liberando energia que é armazenada em adenosina trifosfato. Por fim, é levado pelo sistema circulatório de Alice até o seu pulmão e expirado como parte de uma molécula de dióxido de carbono. Nessa história hipotética, o átomo de carbono, por um breve período, foi apanhado pela vida de Alice e, portanto, por um breve período, foi *parte* de algo.

Agora imaginemos este outro caso. No cubo de açúcar, havia um átomo de estrôncio. Ele também foi levado ao intestino de Alice e, por acaso, entrou na sua corrente sanguínea. Circulou por ela diversas vezes e, por vários contatos aleatórios, participou de diversas reações químicas. Após várias horas, foi eliminado pelo sistema excretor de Alice. Apesar da similaridade superficial, esse não é um caso de um átomo sendo apanhado por uma vida, ao menos pelo fato de que o estrôncio não é um dos aproximadamente 16 elementos químicos envolvidos nas reações químicas que constituem a vida de um ser humano.⁶⁶

Posteriormente, van Inwagen defende a sua resposta à questão especial da composição da acusação de absurdez pelo método da paráfrase, conforme mencionado acima. Ele desenvolve esse ponto com grande sofisticação, oferecendo, por exemplo, paráfrases de frases com quantificações múltiplas. A frase “algumas cadeiras são mais pesadas que algumas mesas” seria parafraseada do seguinte modo: “há x s que estão arranjados em forma de cadeira, há y s que estão arranjados em forma de mesa e os x s são mais pesados que os y s”.⁶⁷

No capítulo 12, contudo, van Inwagen não se preocupa em defender sua tese da acusação de absurdez, mas sim em sugerir algumas razões pelas quais ela deveria ser adotada. Ele admite não supor ser possível provar uma tese filosófica geral e radical como a sua; as razões para adotar uma tese dessas advêm da maneira pela qual ela interage com outros problemas, convicções, observações e argumentos. A maior razão adviria do tratamento que essa tese

⁶⁵ *Ibid.*, p. 94.

⁶⁶ *Ibid.*, pp. 94-5.

⁶⁷ *Ibid.*, pp. 108-9.

oferece a casos problemáticos de objetos “endurando” (*enduring*) ao longo do tempo, mas outros argumentos podem ser oferecidos.⁶⁸

Inicialmente, ele retoma o seu argumento contra o niilismo. Uma das suas premissas consiste em afirmar que ele, van Inwagen, existe. Os argumentos mais fortes contra essa premissa se baseiam na noção de vagueza e são abordados posteriormente, no capítulo 17. Os principais argumentos a favor da tese de que eu existo, é claro, são os cartesianos.⁶⁹ Levantar dúvida quanto a essa questão parece demonstrar que há alguém, eu, que está em dúvida, o que já responderia à questão. Mesmo um ser onipotente não poderia me enganar quanto a isso, pois eu precisaria existir para ser enganado. Além disso, van Inwagen entende o “*cogito, ergo sum*” como a expressão de um segundo argumento, qual seja, aquele segundo o qual Descartes estaria imediatamente ciente de um ser pensante, que precisaria ser ele mesmo, pois poderia se enganar quanto à existência de outros seres pensantes.⁷⁰

Esse tipo de argumentação foi criticado por muitos filósofos, como Hume e Russell.⁷¹ Van Inwagen apresenta o que ele considera ser uma mistura genérica dos diferentes argumentos empiristas anticartesianos, resumindo seus pontos principais. O essencial seria algo assim: “uma ocorrência da pergunta ‘eu existo?’ é uma sucessão de diferentes ideias; para a resposta ser verdadeira, contudo, é preciso que essas ideias e muitas outras componham, juntas, um perguntador; mas nada impede que essas ideias apenas ocorram em sucessão, sem compor qualquer perguntador; um ser onipotente não poderia enganar um ser pensante quanto à sua existência, mas poderia gerar, em sucessão, as ideias que consideramos ser parte da pergunta ‘eu existo?’; não teríamos qualquer direito de ter certeza de que não é isso que ocorre toda vez que acreditamos estar nos fazendo essa pergunta; quanto ao segundo argumento, não teríamos nunca ciência imediata de um ser pensante, mas apenas de uma sucessão de ideias”.⁷²

Van Inwagen considera isso ininteligível, pois não entende como ele poderia ser composto de ideias. Se ele for composto de algo, diz ele, é composto de matéria. Ainda assim,

⁶⁸ *Ibid.*, p. 115. De fato, van Inwagen já descarta no prefácio de seu livro o perdurantismo, segundo o qual objetos possuiriam partes temporais, e adota o endurantismo, segundo o qual um mesmo objeto tridimensional existe completamente em diferentes momentos; *vide ibid.*, p. 4. Para um resumo do debate entre perdurantistas e endurantistas, *vide* HAWLEY, Katherine Jane. **Temporal Parts**. In: The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Eds. Edward Nouri Zalta e Uri Nodelman. Versão Primavera 2023. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/temporal-parts/> (último acesso às 11:36 de 02/07/2024).

⁶⁹ DESCARTES, René. **Meditations on First Philosophy, with Selections from the Objections and Replies**. Tradução de: Michael Moriarty. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 17-24.

⁷⁰ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 115-6.

⁷¹ HUME, David. **Tratado da Natureza Humana: Uma Tentativa de Introduzir o Método Experimental de Raciocínio nos Assuntos Morais**. Tradução de: Déborah Danowski. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 283-5 (livro 1, parte 4, seção 6); RUSSELL, Bertrand Arthur William. **The Problems of Philosophy**. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 8.

⁷² VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 116-7.

ele oferece aos seus oponentes o que seria uma versão materialista do argumento empirista: “considere os simples que você diria que o compõem; agora pressuponha que o niilismo mereológico é verdadeiro; esses simples estariam distribuídos da mesma forma e se relacionariam causalmente da mesma forma, embora sem compor qualquer coisa; sendo um bom materialista *token-token*, você diria que os seus pensamentos são idênticos com alguns processos físicos na sua cabeça;⁷³ como esses processos continuariam ocorrendo, você teria de admitir que os seus pensamentos ocorrem, embora você não exista pelo fato de o niilismo ser verdadeiro; haveria, portanto, pensamentos que não são de ninguém e uma ocorrência da questão ‘eu existo?’ cuja resposta correta seria ‘não’”. Outro jeito de expressar a mesma ideia seria sugerir que, do mesmo modo como foi possível oferecer paráfrases para se referir a artefatos que, na realidade, não existiriam, também seria possível oferecer paráfrases para se referir a seres pensantes como nós.⁷⁴

Van Inwagen afirma não ter qualquer refutação a esse argumento. Contudo, ainda teria algo a dizer a favor de sua posição, algo que talvez fosse considerado uma petição de princípio. Adotando a sua teoria, nós chegaríamos à conclusão de que atividades que anteriormente acreditávamos serem realizadas por um único objeto (a luz do dia vindo do sol, por exemplo) na verdade seriam o resultado da ação conjunta de muitos simples. Não precisaríamos de um objeto único para dar conta dessas questões.⁷⁵

No caso dos pensamentos (nesta categoria estando incluídas as sensações), precisaríamos de um ser único que pensa, sustenta van Inwagen. Não lhe é claro como seria possível encarar isso como uma atividade conjunta de simples, ao contrário dos casos menos problemáticos como o do sol. Tentar sustentar o contrário seria análogo, diz ele, ao caso da “sala chinesa” nos debates sobre inteligência artificial.⁷⁶ Muitos filósofos sustentam que o

⁷³ Aqui van Inwagen assume uma posição no debate quanto à natureza da mentalidade. O materialista *token-token*, em suma, sustenta que todo evento mental particular é idêntico a um evento físico particular, mas não pressupõe, ao contrário do materialista *type-type*, que todo tipo x de evento mental deve ser idêntico a um tipo y de evento físico (por exemplo, que todo caso de dor deve ser idêntico a um caso de estimulação da fibra-C); para uma defesa do materialismo *token-token* e uma crítica do materialismo *type-type*, embora sem utilizar esses termos específicos, vide DAVIDSON, Donald Herbert. **Mental Events**. In: *Essays on Actions and Events*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 172-7.

⁷⁴ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, p. 117; apesar das aspas neste parágrafo, não se trata de uma tradução direta, mas sim de uma adaptação do texto.

⁷⁵ *Ibid.*, pp. 117-8.

⁷⁶ Trata-se de um experimento de pensamento proposto por John Searle para defender que um “programa”, por si só, não seria suficiente para criar intencionalidade, sendo necessário também replicar as características causais do cérebro. Na história imaginada, uma pessoa que não fala chinês entra em uma sala e recebe livros que lhe explicam que conjuntos de ideogramas enviar para fora, a depender de que conjuntos de ideogramas ela receber. Teríamos aí um “programa” que permite à pessoa responder a textos em chinês tão bem quanto um falante nativo, sem, contudo, falar chinês. Para a apresentação do experimento de pensamento, assim como uma resposta à posição de que o “sistema” falaria chinês, vide SEARLE, John Rogers. **Minds, Brains, and Programs**. Behavioral and Brain Sciences, vol. 3, no. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, pp. 417-20.

sistema, composto pelo homem, os livros de regras e os pedaços de papel seria aquilo que pensa. Isso significa, contudo, que esses filósofos reconhecem um tipo de objeto, o *sistema*, que é composto pelo homem, pelos livros e pelos pedaços de papel. Logo, eles não acreditariam que pensar seria uma atividade cooperativa que pode ser desempenhada por diferentes entidades. Van Inwagen crê que os filósofos que negam que tal sistema pensa, na verdade, têm uma intuição inarticulada de que o homem, os livros e os pedaços de papel *não compõem* um novo objeto; e, por não terem levantado a questão especial da composição, confusamente reconhecem que exista tal coisa como “o sistema”, mas negam que ele seja capaz de pensar como um cérebro humano.⁷⁷

Não acho que van Inwagen seja incrivelmente claro neste ponto. A analogia com o caso da sala chinesa funcionaria se, como ele sugere, fosse preciso pressupor que os componentes do experimento de pensamento compoñham algo para que ela pense; mas não é claro por que isso teria de ser pressuposto, tanto no caso da sala chinesa quanto no caso do pensamento “eu existo” e dos simples que atuam em conjunto para gerá-lo. Não à toa o autor reconhece que os seus comentários talvez incorressem em petição de princípio. Mas Sider oferece uma sugestão valiosa quanto àquilo que estaria motivando essa convicção de van Inwagen: possivelmente ela se deve ao fato de as experiências simultâneas de um sujeito serem sentidas como sendo, em algum sentido, parte de um único episódio consciente experienciado por um único sujeito.⁷⁸

De qualquer modo, van Inwagen acredita ter argumentado suficientemente a favor da tese de que ele existe. Sendo um objeto composto, ele teria demonstrado que objetos compostos são possíveis; mas isso não significa que ele tenha apresentado as condições que tornam objetos compostos possíveis. Ao refletir, ele chega à conclusão de que poderia parar de pensar e, ainda assim, existir; conclui até mesmo que poderiam existir objetos compostos incapazes de pensar. A capacidade de pensar e ter sensações, muito embora talvez fosse a sua posse mais valiosa, não seria essencial para a sua existência.⁷⁹

O que ele acredita que faz com que ele seja um objeto composto, é claro, é o fato de a atividade dos seus simples constituir uma vida. E, se esse é o caso, então seria muito implausível crer que outros organismos não existem quando há outros eventos que são vidas. Por que não sustentar, porém, que objetos compostos surgem apenas quando a atividade dos simples

⁷⁷ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 118-9.

⁷⁸ Sider ainda insiste que isso poderia ser o resultado de estados de partículas simples que não compõem nada; eu não vejo como. Voltarei a este ponto mais tarde. *Vide* SIDER, Theodore. **Against Parthood**. In: *Oxford Studies in Metaphysics*, vol. 8. Eds. Karen Bennett e Dean W. Zimmerman Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 269.

⁷⁹ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 119-21.

constitui uma vida *humana*? Isso seria, para van Inwagen, excessivamente arbitrário. A questão de onde traçar a linha entre o que é uma vida ou não, por sua vez, é abordada posteriormente na obra.⁸⁰

Ao final do capítulo, van Inwagen dá as razões pelas quais ele não admite a existência de objetos compostos que não sejam organismos. Elas são: os argumentos cartesianos desse capítulo o obrigariam a admitir a existência de alguns organismos, mas não de artefatos ou outros corpos naturais; outras respostas à questão especial da composição, como “contato”, “fixação”, “coesão”, “fusão” e o universalismo gerariam artefatos e corpos naturais, mas gerariam também muitos objetos indesejados (uma resposta de tipo seriado talvez evitasse isso, mas nenhuma tal resposta satisfatória foi oferecida); por fim, negar a existência dessas entidades evita diversos problemas metafísicos referentes a elas.⁸¹ O capítulo 13 aborda um desses problemas.

Trata-se do problema anteriormente mencionado do navio de Teseu. Após ter desenvolvido paráfrases de frases com quantificações múltiplas, agora van Inwagen desenvolve paráfrases para dar conta de frases sobre identidade e persistência ao longo de mudança de partes. Ele tenta recontar a história do navio sem fazer referência a ele em qualquer momento; por comodidade, ele faz referência a tábuas, tratando-as como se fossem simples, mas elas poderiam, em princípio, ser substituídas por simples. O resultado é o seguinte:

Era uma vez algumas tábuas arranjadas em formato de navio. Chame-as de as Primeiras Tábuas. (“As Primeiras Tábuas” é um designador rígido plural, como “os Empiristas Britânicos”.) Uma das Primeiras Tábuas foi removida das outras e colocada em um campo. Então ela foi substituída por uma tábua nova; isto é, um carpinteiro fez com que a tábua nova e as Primeiras Tábuas restantes estivessem arranjadas em formato de navio, e de tal modo que a tábua nova estivesse em contato com as mesmas tábuas com que a tábua removida estivera em contato, e nos exatos mesmos pontos. Chame as tábuas que foram então arranjadas em formato de navio de as Segundas Tábuas. Uma tábua que era tanto uma das Primeiras Tábuas quanto uma das Segundas Tábuas foi removida das outras e colocada no campo e substituída (de acordo com o procedimento estabelecido acima), com a consequência de que certas tábuas, as Terceiras Tábuas, estivessem arranjadas em formato de navio. Então uma tábua que era uma das Primeiras Tábuas e uma das Segundas Tábuas e uma das Terceiras Tábuas... Esse processo foi repetido até que todas as Primeiras Tábuas estivessem no campo. Então as Primeiras Tábuas foram arranjadas em formato de navio, e de tal maneira que cada uma delas estivesse em contato com as mesmas tábuas com que estivera em contato quando as Primeiras Tábuas estiveram arranjadas em formato de navio da última vez, e estivesse em contato com elas nos mesmos pontos.⁸²

⁸⁰ *Ibid.*, pp. 121-2.

⁸¹ *Ibid.*, pp. 122-3.

⁸² *Ibid.*, pp. 128-9.

Nessa história, navios não são criados, não deixam de existir nem existem em qualquer momento; há apenas tábuas, que são movidas pelo espaço e arranjadas de diferentes modos, sem nunca comporem algo ou serem partes próprias de qualquer objeto. Logo, não há qualquer mistério quanto à questão de qual dos dois navios ao final da história seria o mesmo que o primeiro, já que não há navios. Um problema filosófico é dissolvido, o que é uma vantagem da resposta de van Inwagen à questão especial da composição.⁸³

O capítulo seguinte desenvolve a resposta de van Inwagen ao tratar da questão da identidade de objetos ao longo do tempo (no caso, os objetos materiais que o autor admite existirem, ou seja, simples e organismos). Organismos são abordados primeiro. Baseando-se levemente no que Locke diz sobre a identidade de seres vivos,⁸⁴ van Inwagen oferece o seguinte princípio para a identidade de organismos, que ele denomina “vida”:

Se um organismo existe em um certo momento, então ele existe em qualquer momento e lugar – e somente quando e onde – o evento que é a sua vida naquele momento está ocorrendo; mais exatamente, se a atividade dos *x*s em *t*1 constitui uma vida, e a atividade dos *y*s em *t*2 constitui uma vida, então o organismo que os *x*s compõem em *t*1 é o organismo que os *y*s compõem em *t*2 se e somente se a vida constituída pela atividade dos *x*s em *t*1 é a vida constituída pela atividade dos *y*s em *t*2.⁸⁵

É claro, essa resposta não é particularmente útil se não soubermos em que condições uma vida em um instante é a mesma que outra vida em outro instante. Van Inwagen não crê que consiga fornecer um critério explícito para determinar isso, pois acredita que só consigamos explicar a persistência de objetos em uma categoria ao pressupor a persistência de objetos em outra categoria e, é claro, essas explicações não podem continuar infinitamente; de qualquer modo, ele busca, na medida do possível, esclarecer a questão.⁸⁶

Primeiramente, ele trata de casos em que vidas aparentemente são interrompidas e, posteriormente, retomadas. Um homem cujo coração parou e, posteriormente, foi “revivido” não é um caso em que uma morte ocorreu, já que parte do seu corpo ainda estaria funcionando de acordo com um evento homeodinâmico; até mesmo um gato que fosse congelado até o zero absoluto e posteriormente reaquecido sem que sofresse danos não seria um exemplo disso, já que, na visão de van Inwagen, o arranjo dos simples e as atividades das partículas subatômicas

⁸³ *Ibid.*, p. 129.

⁸⁴ *Vide* LOCKE, John. **An Essay Concerning Human Understanding**. Londres: Penguin Books, 1997, pp. 298 e 300 (livro II, capítulo 27, parágrafos 4 e 8). Van Inwagen faz questão de enfatizar, contudo, que discorda de Locke quanto à tese de que seres humanos seriam mentes distintas de organismos ou quanto à existência de “massas de matéria” distintas de organismos: VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 143-4.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 145.

⁸⁶ *Ibid.*

que não podem ser interrompidas garantiriam que o evento homeodinâmico que é a sua vida tenha sido apenas “comprimido” até processos físicos de uma escala minúscula.⁸⁷

Ainda assim, van Inwagen reconhece que seria possível dizer que o gato congelado não está vivo. Nesse caso, ele sugere diferenciar o *rompimento* e a *suspensão* de uma vida. Se uma vida for suspensa, ela pode ser retomada e ser a mesma vida de antes, mas uma vida rompida nunca pode ressurgir e ser a mesma vida.⁸⁸

Van Inwagen tende a crer que o organismo cuja vida foi suspensa segue existindo. Isso o obriga a reescrever alguns princípios. Sua resposta à questão especial da composição passa a ser a seguinte:

∃y os xs compõem y se e somente se a atividade dos xs constitui uma vida ou s propriedades individuais dos xs e as suas relações uns para com os outros não mudam (no nível de atividade em que os processos da vida ocorrem) e, quando os xs estavam mudando da última vez, a sua atividade constituía uma vida.⁸⁹

O princípio de identidade “vida”, por sua vez, é reescrito deste modo:

Se a atividade dos xs em t1 constitui ou resulta de uma vida, e a atividade dos ys em t2 constitui ou resulta de uma vida, então o organismo que os xs compõem em t1 é o organismo que os ys compõem em t2 se e somente se a vida que a atividade dos xs em t1 constitui (ou da qual ela resulta) é a vida que a atividade dos ys em t2 constitui (ou da qual ela resulta).⁹⁰

Logo, o seguinte princípio de continuidade temporal para organismos é válido: “se uma vida acontece em t1 e em t3, então, para qualquer tempo t2 entre t1 e t3, deve haver objetos cuja atividade em t2 constitui ou resulta dessa vida”. Se a continuidade temporal é necessária, seriam as continuidades espaçotemporal e material conjuntamente suficientes para que uma vida persista? O que ele quer dizer com isso é: se, ao longo do tempo e aos poucos, os objetos cuja atividade constitui uma vida fossem continuamente substituídos até o ponto em que nenhum dos objetos cuja atividade originalmente constituía aquela vida ainda fizesse parte dessa atividade, a vida ao final desse processo seria a mesma vida do começo?⁹¹

Nos casos ordinários, a resposta seria sim. Haveria nessas situações uma continuidade espaçotemporal e causal, exemplificada anteriormente pelo caso do clube de autômatos; van Inwagen denomina essa continuidade “lockeana”. Apesar disso, haveria casos em que há

⁸⁷ *Ibid.*, pp. 145-7.

⁸⁸ *Ibid.*, pp. 147-8.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 148.

⁹⁰ *Ibid.*, pp. 148-9.

⁹¹ *Ibid.*, p. 149.

continuidade lockeana, mas não seria claro se temos um único organismo contínuo ou mais de um organismo. Se tivermos mais de um organismo, teríamos de concluir que a continuidade lockeana não é uma condição suficiente para a persistência de um organismo.

Van Inwagen se propõe a analisar três casos problemáticos para avaliar o seu princípio para a identidade de organismos. Os dois primeiros são situações em que não é claro se temos um caso de continuidade lockeana: divisão celular e os estágios iniciais do desenvolvimento de um embrião. O terceiro caso é um em que, apesar de termos aparentemente continuidade lockeana, não é claro se não temos dois organismos distintos: trata-se da metamorfose, em particular de invertebrados.⁹²

Primeiramente, a divisão celular. Van Inwagen nos pede para imaginar uma ameba que sofre fissão. Pareceria haver três respostas possíveis quanto ao que acontece com a vida dela; analisemos cada uma. A primeira é a hipótese de que a vida se divide; ou seja, os xs cuja atividade anteriormente constituía a vida da ameba seguem constituindo uma vida, mas agora haveria ys e zs tais que ambos grupos são subconjuntos próprios dos xs e estão causalmente isolados um do outro (ou algo muito próximo disso). Van Inwagen nota que essa hipótese, somada ao princípio “vida”, teria a consequência de que, se todas as amebas possuírem um ancestral comum, então todas seriam na verdade partes⁹³ de um enorme objeto disperso. O autor dispensa essa hipótese ao adotar um princípio que lhe parece bastante intuitivo, qual seja, o de que, se a atividade dos xs constitui uma vida, então nenhum dos xs está causalmente isolado dos demais.

A segunda hipótese consiste em sustentar que a vida da ameba antes da fissão é transferida para uma das células filhas, enquanto a outra de algum modo recebe uma nova vida. Van Inwagen diz simplesmente que isso seria arbitrário e absurdo. A terceira hipótese, que ele defende, é aquela segundo a qual a vida antiga acaba e a vida de cada uma das células filhas é uma nova vida. Van Inwagen acredita que a vida da célula original termina antes da separação das células filhas, o que faria com que a continuidade lockeana fosse interrompida e esse caso não fosse uma exceção ao princípio de que ela seria suficiente para a persistência de um organismo. Ainda assim, ele admite que seu conhecimento de citologia é limitado e pode muito bem ser o caso que a vida da célula continue até o momento da separação.⁹⁴

⁹² *Ibid.*, pp. 149-50.

⁹³ Para usar o linguajar técnico de van Inwagen, partes virtuais, não reais, pois nenhuma das amebas seria um objeto real; o objeto real seria esse grande organismo disperso. *Vide ibid.*, p. 112.

⁹⁴ *Ibid.*, pp. 150-1.

O segundo caso é o da reprodução sexuada. O que acontece quando um espermatozoide se une a um óvulo? Van Inwagen crê que os simples que compunham o espermatozoide param de compor qualquer coisa, o mesmo ocorrendo com os simples que compunham o óvulo, e posteriormente os dois conjuntos de simples passam a compor um mesmo objeto junto: um zigoto.

Ao contrário do que comumente é dito, van Inwagen defende que nós nunca fomos zigotos antes de sermos humanos adultos. Isso porque, de acordo com a sua visão quanto à divisão celular, o zigoto deixa de existir ao se dividir e dali surgem duas novas vidas, uma em cada célula filha.

As únicas outras hipóteses são análogas às discutidas anteriormente. Crer que o zigoto segue existindo em uma das células filhas, mas não na outra, seria arbitrário e implausível. A hipótese de que o zigoto teria deixado de ser um organismo unicelular para se tornar um bicelular seria consistente com a tese de que algum dia fomos zigotos, mas também é rejeitada por van Inwagen. Dada sua resposta à questão especial da composição, a atividade das duas células filhas teria de constituir uma vida para que houvesse um organismo composto por essas duas células; contudo, as duas células que advêm da mitose de um zigoto apenas aderem uma à outra, mal interagindo.

Resta a questão: quando começa a vida de um organismo multicelular? Van Inwagen admite não saber a resposta a essa questão, embora dê algumas sugestões: parece implausível dizer que temos um organismo se ainda estamos em um estágio em que gêmeos univitelinos podem surgir; certamente a vida não começaria antes do início da diferenciação celular; e certamente não depois do desenvolvimento de um sistema nervoso central funcional.⁹⁵

Chegamos enfim ao caso da metamorfose. A vida da lagarta é a mesma que a da borboleta? À primeira vista, parece que aqui temos continuidade lockeana e, possivelmente, duas vidas distintas. Mas van Inwagen cita literatura sobre o tema que explica que, durante o processo de metamorfose, basicamente todos os sistemas de órgãos da lagarta são dissolvidos e, a partir de massas de células não diferenciadas chamadas discos imaginais, são reconstituídos outra vez; ou seja, um organismo é desmontado até se tornar um caldo de nutrientes a partir do qual um organismo completamente diferente emerge.

Com essa imagem, podemos perceber que a atividade dos simples do caldo de nutrientes não parece constituir uma vida e, portanto, não teríamos um caso de continuidade lockeana (e, de acordo com o princípio “vida”, concluiríamos que a lagarta não é o mesmo organismo que a

⁹⁵ *Ibid.*, pp. 151-4.

borboleta). Este não sendo um contraexemplo, van Inwagen conclui que a tese de que continuidade lockeana é suficiente para termos a persistência de uma vida é correta ou, pelo menos, um excelente princípio que não vai nos levar a erro em muitos casos.⁹⁶

Apesar das incertezas, ele acredita que, na maioria dos casos, temos uma boa noção de se um tempo marca o começo ou o fim de uma vida. Para os casos difíceis, é sugerido apenas observar bem o que está acontecendo na região em questão e determinar se há ali um evento homeodinâmico; se houver, provavelmente é uma vida, já que já estávamos em dúvida quanto à existência de uma. Van Inwagen admite não ser capaz de oferecer condições necessárias e suficientes para a persistência de uma vida, mas não vê isso como problemático porque, como havia dito, acredita que só possamos explicar a persistência de uma categoria de objetos apelando para a persistência de outra categoria de objetos.⁹⁷

Após lidar com a questão da persistência de organismos, van Inwagen aborda objetos cuja persistência pareceria, à primeira vista, não problemática: simples. Se a física atual estiver correta quanto a que tipos de objetos são simples, obviamente há alguns mistérios quanto à persistência deles. Se um elétron desaparece de uma órbita e outro elétron aparece em uma inferior, tendo sido emitida uma quantidade de radiação eletromagnética no processo, temos um mesmo elétron que perdura ao longo do tempo ou dois elétrons diferentes? A física não tem resposta para essa questão, diz van Inwagen. De qualquer modo, há, segundo o autor, boas razões para acreditar que o modelo padrão atual não representa exatamente a natureza última da realidade: o fato de os vários tipos de quarks e léptons se encaixarem em uma variedade bem organizada de padrões sugeriria que eles são arranjos de partículas mais simples.⁹⁸

Contudo, ainda que deixemos de lado as dificuldades da física atual, pressupondo que simples são átomos democriteanos, ainda existem dificuldades com relação à sua persistência. Um critério que parece bastante intuitivo é o seguinte: o átomo no lugar l_1 no instante t_1 persiste até o local l_3 e o tempo t_3 se e somente se há um trajeto contínuo no espaço-tempo de l_1 -em- t_1 até l_3 -em- t_3 tal que, para cada ponto l_2 -em- t_2 nesse trajeto, há um átomo em l_2 -em- t_2 . Van Inwagen diz que tanto o “se” quanto o “somente se” desse bicondicional podem ser questionados.⁹⁹

Primeiramente, quanto ao “somente se”, van Inwagen afirma que alguns filósofos consideram ao menos conceitualmente possível que um objeto “pule” de um ponto no espaço

⁹⁶ *Ibid.*, p. 155.

⁹⁷ *Ibid.*, pp. 156-8.

⁹⁸ *Ibid.*, pp. 158-9.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 159.

para outro sem passar por quaisquer pontos intermediários. Isso é possível, é claro, se o objeto atravessar um trajeto que passe por uma dimensão superior; por exemplo, podemos “pular” de um ponto a outro em um espaço bidimensional nos movendo pela terceira dimensão. Como sempre é possível matematicamente considerar um espaço de N dimensões como contido em um de $N+1$ dimensões, parece possível sempre considerar qualquer “pulo” de um objeto como devido ao seu movimento contínuo em dimensões superiores. Ainda assim, isso é apenas uma possibilidade matemática; van Inwagen não sabe como argumentar a favor da tese de que um objeto físico sempre precise seguir um trajeto contínuo em algum espaço fisicamente real. De qualquer modo, ele a adota.¹⁰⁰

Agora, quanto ao “se”. Van Inwagen crê que seja possível um átomo democriteano ser aniquilado ou passar a existir do nada. Se isso for possível, seria possível um átomo imóvel deixar de existir e, um segundo depois, outro átomo descritivamente idêntico surgir no mesmo espaço. Mais do que isso, seria possível um átomo ocupar um espaço até um instante t , que é o último de sua existência, e um átomo numericamente distinto mas descritivamente idêntico ter t como o último instante de sua não existência e ocupar esse espaço em todos os instantes posteriores a t . Logo, o “se” do nosso bicondicional tampouco parece ser algo inquestionável. Van Inwagen não consegue fornecer, portanto, um critério para a persistência de simples, mas ele não vê um grande problema nisso por estar mais preocupado com a persistência de organismos.¹⁰¹

5. PROBLEMAS COM O ORGANICISMO

Neste capítulo desta monografia, serão abordadas diversas dificuldades que o organicismo de van Inwagen enfrenta. Muitas dessas objeções à sua tese já são previstas pelo autor e, conseqüentemente, ele responde a elas em seu livro. Contudo, algumas objeções que serão levantadas não são previamente abordadas na obra e, em alguns casos, não as vi serem levantadas em algum outro escrito. Portanto, tomaremos como fio condutor os últimos três capítulos de *Material Beings* e, ao longo do texto, onde for mais conveniente, alguns pontos externos a esses capítulos serão abordados.

O capítulo 17 é dedicado à resposta de van Inwagen a um problema filosófico que ficou conhecido como o “problema dos muitos” (*problem of the many*). A formulação mais famosa é

¹⁰⁰ *Ibid.*

¹⁰¹ *Ibid.*, pp. 159-60.

de Peter Unger,¹⁰² embora Peter Geach também tenha levantado o problema no mesmo ano.¹⁰³ Unger usa esse problema para defender a tese de que ele não existe; não apenas ele, mas quase todos os objetos do cotidiano que supomos existirem.¹⁰⁴ Se essa tese estiver correta, organismos não existem e, conseqüentemente, a resposta de van Inwagen à questão especial da composição está incorreta.

Van Inwagen não se propõe a discutir todos os argumentos de Unger a favor de sua tese, mas oferece uma reconstrução do que ele considera ser o argumento central. Em sua réplica ao argumento, ele pressupõe a própria resposta à questão especial da composição, não considerando isso dialeticamente impróprio; de fato, se ele conseguir demonstrar que, sendo a sua resposta verdadeira, o problema de Unger não surge, então tudo estará bem para a sua resposta.¹⁰⁵

O problema é, *grosso modo*, o seguinte: se eu existo, há um conjunto de simples que me compõem; mas o conjunto composto por todos esses simples exceto um é igualmente adequado para compor um ser humano, assim como o conjunto de todos esses simples mais algum outro qualquer; como há milhões de conjuntos possíveis que diferem pouco uns dos outros e que seria extremamente arbitrário alegar que não compõem um ser humano, parecemos forçados a admitir que, onde diríamos normalmente que eu estou, há na verdade milhões de seres humanos ocupando aproximadamente o mesmo espaço; uma alternativa bastante contraintuitiva, defendida por Unger, é admitir que esses diversos conjuntos nunca compõem *um ser humano*; por outro lado, admitir a existência de todos esses milhões de seres humanos e, ainda assim, defender que “eu existo” nos obrigaria a encontrar um “princípio de seleção” para determinar qual ser humano é a pessoa em questão; mas como muitos seres humanos nessa situação são quase idênticos, um princípio desses não poderia deixar de ser excessivamente arbitrário.^{106 107}

¹⁰² UNGER, Peter K.. **The Problem of the Many**. Midwest Studies in Philosophy, vol. 5, no. 1. Charlottesville: Philosophy Documentation Center, 1980, pp. 411-67.

¹⁰³ GEACH, Peter Thomas. **Reference and Generality: An Examination of Some Medieval and Modern Theories**. 3 ed. Ithaca: Cornell University Press, 1980, p. 215.

¹⁰⁴ Por defender isso, Unger se considera um “niilista”. Mas, como van Inwagen bem aponta, Unger reconhece como sendo um objeto real a soma de quaisquer objetos, o que faz dele, na terminologia de van Inwagen, um universalista mereológico. Ele difere da maioria dos universalistas apenas ao não tentar identificar os objetos do nosso senso comum com qualquer um desses infundáveis objetos cuja existência ele admite. *Vide* VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, p. 214.

¹⁰⁵ *Ibid.*, pp. 214-5.

¹⁰⁶ *Ibid.*, pp. 215-6.

¹⁰⁷ Esse é, de fato, um bom resumo da ideia principal do problema que Unger introduz, embora seja válido mencionar que ele apresenta diversas outras versões. Ele sustenta, por exemplo, que o mesmo problema surgiria caso o universo fosse composto de vários tipos de materiais contínuos, com limites claros entre cada um (o que anteriormente nesta monografia nos referimos como sendo uma ontologia de “*stuffs*”); *vide* UNGER, Peter K.. **The Problem of the Many**. Midwest Studies in Philosophy, vol. 5, no. 1. Charlottesville: Philosophy Documentation Center, 1980, p. 442.

Como van Inwagen bem nota, essa argumentação parece pressupor o universalismo mereológico; ou seja, parece pressupor que há milhões de objetos distintos, que ou todos compõem homens, ou permanecem sendo apenas “agregados de átomos” ou algo do gênero. Como van Inwagen não adota o universalismo, ele pode sustentar que esses milhões de objetos não existem e que ele é o único homem em uma situação em que diríamos normalmente que ele está sozinho.¹⁰⁸

A partir daqui até o final do capítulo, van Inwagen imagina um debate hipotético com Unger, ou ao menos algum defensor de suas ideias (me pergunto se algo próximo desse debate não ocorreu de fato). Inicialmente, Unger diria que rejeitar o universalismo não resolveria o problema, já que continuaria havendo conjuntos de simples que seriam igualmente adequados para compor um homem; seria necessário um princípio de seleção que explicasse por que apenas um deles comporia, digamos, van Inwagen. A resposta de van Inwagen consiste em simplesmente negar que exista um conjunto que contenha todos e somente os simples que o compõem, pelo fato de, na visão dele, composição e “ser parte de” serem noções vagas. Não haveria um momento exato em que o átomo de carbono da história anteriormente descrita passou a ser parte de Alice, pois “ser apanhado por uma vida” é uma questão de grau. Como ser membro de um conjunto não é uma questão de grau e haveria simples tais que não houvesse uma resposta de “sim ou não” para a questão de se eles o compõem, não poderia haver um conjunto com todos e apenas os simples que compõem van Inwagen. À sugestão de reformular a questão em termos de quantificação plural, em vez de conjuntos, van Inwagen responde que “ser um dos xs” também seria uma questão de “sim ou não”.^{109 110}

Unger poderia dizer, em resposta a isso, que há casos em que “ser um dos xs” não parece ser uma questão simples de “sim ou não”, sem qualificação. Há o caso da expressão “ser um dos ricos”, por exemplo. Van Inwagen sustenta que isso apenas mostra que substituir uma expressão referencial por uma variável é algo complexo quando a expressão referencial contém termos vagos. Podemos aceitar tranquilamente a frase “para quaisquer xs, os xs são mais que, menos que, ou exatamente um milhão” e, ainda assim, hesitar em conferir assentimento a “os ricos são mais que, menos que, ou exatamente um milhão”; e negar que “os ricos” existam não seria uma saída fácil, já que assentimos à frase “os ricos são uma minoria”. De modo similar, van Inwagen não considera problemático ele negar assentimento a “alguns xs são tais que são

¹⁰⁸ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 216-7.

¹⁰⁹ Ao menos se tratando de simples, como é o caso aqui; no capítulo seguinte, ele suaviza essa tese, ao lidar com vagueza de identidade de organismos.

¹¹⁰ *Ibid.*, pp. 217-8.

simples e me compõem” e, ainda assim, assentir a “os simples que me compõem pesam coletivamente aproximadamente 68 quilogramas”.¹¹¹

Unger responderia então apontando que, ao longo de todo o livro, van Inwagen fez referência a “os xs” que compunham um organismo; até mesmo a questão central do livro, “quando os xs compõem algo?”, faz uso desse tipo de variável, o que implicaria que a resposta de van Inwagen à questão teria de ser “nunca”. Van Inwagen esclarece que os capítulos anteriores foram redigidos sob uma idealização simplificadora, qual seja, aquela segundo a qual “ser parte de” e composição não seriam questão de grau. Não haveria problema em iniciar um livro de metafísica com uma idealização simplificadora antes de abordar a complexidade da realidade, assim como um livro de química poderia começar pressupondo que gases são pequenas esferas que interagem entre si e com o seu receptáculo antes de abordar a natureza real dos gases.¹¹²

A resposta de Unger consistiria em afirmar que idealizações devem ser dispensáveis para que não sejam apenas um nome grego para problemas em uma teoria. Como van Inwagen dispensaria essa idealização para expressar frases que ele considera verdadeiras, como “qualquer organismo poderia, em qualquer momento em que existiu, ter sido composto de simples completamente diferentes naquele momento”, frase esta que parece obrigatoriamente fazer referência a “os xs que compõem aquele organismo naquele momento”?¹¹³

Para responder a esse desafio, van Inwagen utiliza quantificação sobre conjuntos difusos (*fuzzy*). Conjuntos difusos são conjuntos em que, ao contrário de conjuntos clássicos, o pertencimento de um objeto a eles é uma questão de grau. A relação de pertencimento em conjuntos difusos é uma relação de três termos, especificando um objeto, um conjunto difuso e o grau de pertencimento do objeto no conjunto. Se existirem apenas dois graus (digamos, “sim” e “não”), os conjuntos difusos se reduzem aos conjuntos clássicos; com três graus (digamos, “definidamente”, “definidamente não” e “até certo ponto”), temos conjuntos com casos limítrofes de pertencimento; caso queiramos expressar uma relação contínua de pertencimento, poderíamos aceitar como valores qualquer número real de 0 a 1, usando 0 como “definidamente não pertence” e 1 como “definidamente pertence”. Van Inwagen adota a terceira opção, pois acredita que “ser parte de um organismo” é uma noção vaga dessa maneira.

¹¹¹ *Ibid.*, pp. 218-20.

¹¹² *Ibid.*, p. 220.

¹¹³ *Ibid.*, pp. 220-1.

Assim, van Inwagen define “o conjunto difuso cujos membros¹¹⁴ compõem x” do seguinte modo: “o conjunto difuso y de simples tais que $\forall z$ um simples é um membro de y no grau z se e somente se esse simples é uma parte de x no grau z ”. É pressuposto que “graus de pertencimento” e “ser parte em graus” são noções, em algum sentido, comparáveis. Não haveria um problema dos muitos ou qualquer necessidade de um princípio de seleção pelo fato de apenas um conjunto difuso ser aquele cujos membros compõem algum organismo. Por fim, van Inwagen oferece uma paráfrase da frase problemática apresentada por Unger do seguinte modo: “para qualquer organismo x e qualquer tempo t , se os membros de um conjunto difuso de simples y compõem x em t , então, possivelmente, os membros de um conjunto difuso de simples z , tal que nenhum simples é um membro de ambos y e z , compõem x em t ”; e a sua resposta à questão especial da composição é reformulada assim: “ $(\exists y$ os membros do conjunto difuso de simples x compõem y) se e somente se a atividade dos membros de x constitui uma vida”.¹¹⁵

A resposta natural de Unger a isso tudo seria questionar quanto aos demais conjuntos difusos. Haveria um conjunto difuso F que diferiria daquele que van Inwagen diria que o compõe apenas pelo fato de um simples que definitivamente pertence a este último definitivamente não pertencer a F ; como um único simples impediria os membros de F de compor um homem? Van Inwagen responde que os membros de F não compõem um homem pela atividade deles não constituir uma vida, já que há apenas uma vida pela qual eles estão sendo apanhados e o simples que, *ex hypothesi*, não pertence a F também está sendo apanhado por essa vida.¹¹⁶

Por fim, Unger diria que todo o argumento de van Inwagen pressupõe que há apenas uma vida onde diríamos normalmente que ocorre o evento que é a vida, digamos, dele. Unger questionaria por que um defensor do problema dos muitos aceitaria de bom grado que há apenas uma vida ali; por que não admitir que existem diversos eventos ocorrendo ali, cada um deles sendo uma vida diferente, com um conjunto difuso diferente de simples cujo grau de pertencimento ao conjunto é análogo ao seu grau de estar sendo apanhado por essa vida? Afinal de contas, se um simples do conjunto difuso que van Inwagen diz ser aquele cujos membros o compõem fosse destruído, ele reconheceria que os membros de outro conjunto difuso o comporiam. O problema dos muitos teria sido apenas transferido de conjuntos (difusos) de simples para vidas.¹¹⁷

¹¹⁴ Um membro de um conjunto difuso é todo objeto que pertence a esse conjunto em um grau maior que 0.

¹¹⁵ *Ibid.*, pp. 221-4.

¹¹⁶ *Ibid.*, pp. 224-5.

¹¹⁷ *Ibid.*, pp. 225-6.

Van Inwagen encerra o capítulo afirmando não ver qualquer razão para admitir que exista mais de uma vida onde normalmente diríamos que há apenas uma. Ele estabelece uma analogia com um tipo de evento, manifestações. Em uma manifestação, há pessoas que certamente fizeram parte dela e, eventualmente, pode haver uma pessoa que não é certo se participou ou não; imaginemos que Alice ficou à beira da multidão, gritou algumas palavras de ordem e foi embora assim que viu a polícia chegando. Haveria mais de uma manifestação naquela área? Uma tendo Alice como um caso limítrofe de participante e outra sem Alice? Van Inwagen diz que precisaríamos de uma razão muito boa para acreditar nisso, assim como para acreditar que há diversas vidas onde normalmente diríamos que há uma.¹¹⁸

Aqui, eu diria, van Inwagen sucumbe à pressão dialética. Sua alegação de que precisamos de uma razão muito boa para reconhecer que há mais de um evento ocorrendo ali é um apelo ao senso comum (como diria Sider, muito embora van Inwagen não reconheça explicitamente esse apelo).¹¹⁹ E não me é muito claro com que direito van Inwagen apela ao senso comum após negar a existência de cadeiras. É claro, eu mesmo não sou um defensor ferrenho do senso comum, e pode ser dito que diferentes proposições tidas como “senso comum” têm níveis diferentes de presunção a favor delas. Mas, se concordarmos com van Inwagen que o senso comum¹²⁰ é neutro com relação a distinções metafísicas sutis, como a entre existirem, de fato, cadeiras ou apenas simples arranjos em forma de cadeira,¹²¹ não vejo por que não concluir que o senso comum também seria neutro com relação a existirem muitos eventos onde normalmente diríamos que há um, cada um desses eventos tendo um grupo de objetos diferente como seus participantes.

Talvez, se van Inwagen desse uma razão independente para crer que há apenas um evento ocorrendo nessas situações, sua resposta ao problema dos muitos fosse mais sólida. Mas aproveito o contexto para dizer que infelizmente a sua “ontologia de eventos” não é nada desenvolvida. Ele mesmo diz que não pressupõe que um objeto só possa fazer parte de um evento,¹²² o que seria uma rota para limitar a quantidade de eventos em um dado espaço e tempo.

¹¹⁸ *Ibid.*, pp. 226-7.

¹¹⁹ SIDER, Theodore. **Against Parthood**. In: Oxford Studies in Metaphysics, vol. 8. Eds. Karen Bennett e Dean W. Zimmerman Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 247-8.

¹²⁰ Estritamente falando, van Inwagen não acredita que exista um corpo de doutrinas chamado “senso comum”, apenas proposições que foram aceitas universalmente por todos, exceto alguns imbecis ou loucos (*vide* VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, p. 103); mas, para simplificar as coisas, usemos “senso comum” para se referir a essas proposições cuja existência ele reconhece.

¹²¹ *Ibid.*, pp. 103-7.

¹²² *Ibid.*, p. 83. É claro, van Inwagen havia dito que vidas seriam “eventos invejosos”, o que tornaria impossível um conjunto de simples participar de mais de um evento que fosse uma vida. Mas em defesa dessa tese ele apenas estabelece uma metáfora vaga com relação a ladrões de bancos, afirmando (questionavelmente) ser impossível

Ele também diz que não busca defender que eventos sejam “entidades irreduzíveis” ou “reais em última instância”,¹²³ podendo frases sobre eventos ser apenas expressões enganadoras de fatos sobre substâncias.¹²⁴ Mas me parece que há aqui um dilema. Se eventos forem “reais em última instância”, então os exemplos que van Inwagen dá de eventos são reais: paradas, eleições, resfriamento de água e eventos mentais, para citar alguns.¹²⁵ Mas, de acordo com a resposta de van Inwagen à questão especial da composição, não existiriam bandeiras, cabines de votação, água ou cérebros¹²⁶; logo, ele teria de admitir que esses eventos existem, fundamentalmente, sem que os objetos típicos deles existam. O que é, no mínimo, curioso.

A outra opção seria negar que eventos sejam “reais em última instância”. O que isso significaria, imagino eu, é que existiriam apenas objetos se movendo pelo espaço ao longo do tempo, mas nenhum desses movimentos dos objetos geraria uma entidade não física, um “evento”. Mas a resposta de van Inwagen à questão especial da composição diz que organismos existem, e devido ao fato de que a atividade de suas partes constitui uma vida, que é um tipo de evento. Se os organismos são reais, como a vida poderia não ser? Talvez fosse o caso que os movimentos dos objetos ao longo do tempo causassem, diretamente, a composição de um organismo, sem o intermédio de um “evento”. Mas, se for esse o caso, toda a discussão sobre a natureza dos eventos e os exemplos de eventos para além de vidas não teriam ajudado a esclarecer qualquer coisa, sendo possível passar direto à discussão dos tipos de movimentos de objetos ao longo do tempo que geram composição (os que normalmente diríamos, no senso comum, que constituem uma vida). Outra consequência dessa opção, que não creio que van Inwagen acharia agradável, seria negar que de fato existam pensamentos ou outros eventos mentais.

dois usarem o mesmo banco ao mesmo tempo (quase como se essa tese tivesse sido pressuposta anteriormente apenas para lidar *ad hoc* com a possível crítica de Unger); *vide ibid.*, pp. 89-90.

¹²³ O próprio uso dessa expressão (que parece dar a entender que existem níveis de realidade) por parte de van Inwagen me parece ser estranho. Ele disse desgostar de que caracterizem sua resposta à questão especial da composição como sendo a de que “mesas não são reais”, “não são objetos verdadeiros”, “não são substâncias”, “não são nada além de uma coleção de partículas”; ele prefere dizer que, simplesmente, não há mesas. Essas caracterizações de que ele não gosta sugerem, segundo ele, que mesas seriam algum tipo de objeto defeituoso ou de segunda classe, o que não é a sua posição (*vide ibid.*, pp. 99-100). Mas se ele não gosta de admitir a existência de “objetos de segunda classe”, por que não evitar aqui também expressões vagas e confusas que sugerem que eventos poderiam ser tal coisa e dizer simplesmente que “não irá pressupor que eventos existem”? (Veremos mais tarde que, mesmo admitindo vagueza com relação à existência, ele não admite que possa haver “objetos que meio que existem, mas não completamente”).

¹²⁴ *Ibid.*, p. 82.

¹²⁵ *Ibid.*, pp. 82, 195, 202 e 206.

¹²⁶ Embora ele admita que, se o cérebro de alguém for removido de seu corpo, os simples que “compunham virtualmente” o cérebro passam a ser os simples que compõem aquele organismo (*ibid.*, p. 173), pois a vida seria centrada na atividade desses simples de um modo como não é centrada na atividade de quaisquer outros (*ibid.*, p. 181).

Em suma, a teoria de van Inwagen precisaria ter desenvolvido melhor a noção de eventos para evitar ter de aceitar pelo menos algumas das consequências indesejáveis mencionadas acima. Além disso, a própria noção de um “evento homeodinâmico” me parece ser problemática, pois, para podermos dizer que algo é “homeodinâmico”, precisamos já ter uma ideia de que tipos de mudanças quanto a partes e formato são capazes de acabar com a identidade de algo; simplesmente observar os fatos não responderia a isso, como van Inwagen parece sugerir.¹²⁷ Dependendo de o quão exigentes sejamos com a noção, poderíamos considerar um átomo um evento homeodinâmico, já que um elétron pode ser atraído para longe do núcleo e depois retornar a ele; por outro lado, se formos essencialistas mereológicos, não diríamos que nem mesmo um ser vivo se alimentando é um evento homeodinâmico.¹²⁸

De qualquer modo, passemos ao capítulo 18. Nesse capítulo, van Inwagen lida com a possibilidade de ser vago se uma vida ocorrendo em um instante é a mesma de outro instante, o que implicaria que a identidade de organismos pode ser vaga. Inicialmente, ele distingue vagueza predicativa de existencial. A vagueza predicativa adviria de não ser definidamente verdadeiro ou falso se um predicado se aplica a um sujeito, e isso poderia ser explicado, tranquilamente, pela “teoria linguística da vagueza”:¹²⁹ ser rico é vago por não existir realmente a propriedade “ser rico” e o termo “rico” ser uma parte vaga da nossa linguagem. Por outro lado, ser vago se um objeto existe ou não é uma questão bem mais problemática, que não poderia ser resolvida pela teoria linguística da vagueza: não poderíamos dizer, por exemplo, que o conhecimento de todas as propriedades de James não nos permite dizer se ele existe ou não, pois ele precisa existir para ter propriedades; de fato, não parece que poderíamos mesmo dizer que “há objetos cuja existência é vaga”, pois isso parece implicar que eles existem.¹³⁰

Van Inwagen diz que, infelizmente, não vê como sua resposta à questão especial da composição poderia não implicar casos de vagueza existencial, pois não consegue ver como negar que existam eventos cujo estatuto de “vidas” seja incerto. Um exemplo óbvio é o desenvolvimento de um embrião. No começo, a atividade de suas células não constitui uma vida, mas, em algum momento, isso será o caso. Não parece ser possível, para van Inwagen, determinar um instante exato em que passamos de “não há uma vida ocorrendo ali” para “há

¹²⁷ *Ibid.*, pp. 156-7.

¹²⁸ Estritamente falando, nesse caso nem reconheceríamos a existência de um único ser vivo que se mantém ao longo do tempo, já que “alimentação” parece implicar necessariamente mudança de partes.

¹²⁹ Defesas dessa teoria podem ser encontradas em LEWIS, David Kellogg. **On the Plurality of Worlds**. Oxford: Basil Blackwell Ltd., 1986, p. 212 e RUSSELL, Bertrand Arthur William. **Vagueness**. *The Australasian Journal of Psychology and Philosophy*, vol. 1, no. 2. Sydney: Australasian Association of Psychology and Philosophy, 1923, p. 85.

¹³⁰ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 231-3.

uma vida ocorrendo ali”. Mesmo que deixemos de lado instantes matemáticos, não parece ser possível estabelecer um limite com centésimos de milionésimos de segundos de precisão, pois reações químicas não ocorrem nessa faixa precisa de tempo; seria como tentar determinar a hora em que começou a Glaciação de Wisconsin. O fim de uma vida, por exemplo os momentos após um ataque cardíaco, também não possui um limite que possa ser estabelecido com uma precisão de segundos. Por fim, alguns eventos são sempre casos limítrofes de vidas, sem possuírem momentos em que definitivamente constituem uma, como vírus, mitocôndrias ou plasmídeos.¹³¹

Se um alfinete fura o dedo de alguém, sua vida continua; se uma bomba explode e transforma a pessoa em pedacinhos, a sua vida definitivamente acabou. Entre esses extremos há diferentes níveis de perturbações de vidas e van Inwagen acredita que, em algum ponto desse espectro, deve haver eventos que é indefinido se constituem o fim de uma vida.¹³²

Em seguida, van Inwagen defende a noção de identidade vaga de uma crítica apresentada por Gareth Evans, em um artigo de uma página.¹³³ A essência da argumentação é a seguinte:

1. Suponha que é indefinido se $(A=B)$
2. Isso significa que B possui a propriedade “é indefinido se este objeto é idêntico a A”
3. Mas A não possui essa propriedade
4. Logo, pela Lei de Leibniz, $\sim(A = B)$

A resposta de van Inwagen a esse argumento é complexa: ele oferece um fragmento de semântica para uma linguagem de lógica de primeira ordem com um operador proposicional “indefinido”, identidade e abstração de propriedades; semântica esta que tornaria o argumento de Evans inválido. Nela há três valores de verdade e a relação entre nome e objeto nomeado também é vaga. Antes de iniciar sua tarefa, van Inwagen esclarece que fornecer uma semântica formal consiste em afirmar quais frases e inferências em uma dada linguagem formal são válidas e quais inválidas, não sendo preciso esclarecer, por exemplo, o que “indefinido” significa.¹³⁴

Os itens primitivos dessa linguagem são: constantes individuais (“a”, “b”, “c”), variáveis (“x”, “y”, “z”), variáveis circunflexionadas (“ \hat{x} ”, “ \hat{y} ”, “ \hat{z} ”), dois operadores proposicionais (“ \sim ” e “indef”) e dois predicados binários (“=” e “tem”). Um vocabulário mais

¹³¹ *Ibid.*, pp. 237-9.

¹³² *Ibid.*, p. 241.

¹³³ EVANS, Michael Gareth Justin. **Can There be Vague Objects?**. Analysis, vol. 38, no. 4. Oxford: Blackwell Publishing, 1978, p. 208.

¹³⁴ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 246-7.

desenvolvido seria desnecessário para responder ao argumento de Evans, embora van Inwagen reconheça que, se tal vocabulário não puder ser oferecido adequadamente, isso contará contra a sua resposta.¹³⁵

As regras para criar predicados são: o resultado de flanquear o sinal de identidade com uma constante e uma variável é um predicado de identidade (a constante é o termo do predicado); o resultado de prefixar um predicado com “ \sim ” ou “indef” é um predicado; nada mais é um predicado. A regra para criar abstrações é: o resultado de prefixar “ \hat{x} ” a um predicado contendo “ x ”, “ y ” a um contendo “ y ” etc. é uma abstração e nada mais é.

As regras para criar frases são: o resultado de flanquear o sinal de identidade com uma ou duas constantes é uma frase de identidade (as constantes são seus termos); o resultado de escrever uma constante seguida de “tem” seguido de uma abstração é uma frase de atribuição (a constante é o sujeito); o resultado de prefixar uma frase com “ \sim ” ou “indef” é uma frase; nada mais é uma frase.¹³⁶

Para definir validade nessa linguagem é preciso especificar modelos. Um modelo consiste em um universo de objetos, a atribuição de um objeto do universo a cada constante e um pareamento de objetos (objetos que estejam pareados são tais que não é definidamente verdadeiro nem definidamente falso que eles são idênticos).¹³⁷

As seguintes definições são apresentadas: a extensão de um predicado de identidade contém apenas o referente do seu termo; a *fronteira* de um predicado de identidade contém apenas o referente limítrofe do seu termo (ou seja, o objeto pareado com o objeto de sua extensão, que não é definidamente idêntico nem definidamente não idêntico a ele); o resultado de prefixar “ \sim ” a um predicado tendo extensão “ e ” e fronteira “ f ” é um predicado tendo extensão $U-(eUf)$ ¹³⁸ e fronteira “ f ”; o resultado de prefixar “indef” a um predicado tendo fronteira “ f ” é um predicado tendo extensão “ f ” e uma fronteira vazia; e a extensão e a fronteira de uma abstração são a extensão e a fronteira do predicado a partir do qual ela é formada.¹³⁹

O valor de verdade de uma frase de identidade é: 1 se e somente se algo é o referente de ambos os seus termos; 1/2 se e somente se nada é o referente de ambos os seus termos e os referentes de seus termos estão pareados; 0 do contrário. Por outro lado, o valor de uma frase de atribuição é: 1 se e somente se o referente do seu sujeito pertence à extensão de sua abstração; 1/2 se e somente se o referente do seu sujeito não pertence à extensão de sua abstração e: ou a)

¹³⁵ *Ibid.*, pp. 247-8.

¹³⁶ *Ibid.*, pp. 248-9.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 249.

¹³⁸ “ U ” de universo.

¹³⁹ *Ibid.*, pp. 249-50.

o referente do seu sujeito pertence à fronteira de sua abstração, ou b) um referente limítrofe do seu sujeito pertence à extensão ou à fronteira da sua abstração; 0 do contrário.¹⁴⁰

O valor de verdade de frases iniciadas por “ \sim ” ou “indef”, por sua vez, é determinado pela seguinte tabela:

φ	$\sim\varphi$	indef φ
1	0	0
1/2	1/2	1
0	1	0

Uma forma de inferência¹⁴¹ é uma sequência de frases, sendo a última a sua conclusão e as demais, as suas premissas. Um contraexemplo a uma forma de inferência é um modelo que atribui um valor de verdade à conclusão menor do que o valor mínimo atribuído a qualquer premissa. Uma forma de inferência válida não possui contraexemplos, preservando o valor 1 e não levando de 1/2 para 0.

Van Inwagen oferece o seguinte modelo para demonstrar a invalidade do argumento de Evans: como objetos do universo, $\{A, B\}$; como pareamentos de objetos não definidamente idênticos nem definidamente não idênticos um ao outro, $\{\{A, B\}\}$; “a” como referenciando A; e, por fim, “b” como referenciando B. Segundo esse modelo, “indef a=b”, a premissa do argumento de Evans, possui o valor 1, ao passo que a conclusão $\sim(a=b)$ possui o valor 1/2.¹⁴²

O modelo precisaria ser, portanto, um contraexemplo a pelo menos um dos quatro tipos de inferências que o argumento de Evans utiliza. Ele não é um contraexemplo a qualquer um desses três: $\vdash \sim(\text{indef } b=b)$; $\text{indef } a=b \vdash a \text{ tem } \hat{x} \text{ indef } x=b$; $a \text{ tem } \hat{x} \text{ indef } x=b, \sim(b \text{ tem } \hat{x} \text{ indef } x=b) \vdash \sim(a=b)$. É, contudo, um contraexemplo à inferência $\sim(\text{indef } b=b) \vdash \sim(b \text{ tem } \hat{x} \text{ indef } x=b)$. Nesse modelo, a premissa possui o valor 1, mas a conclusão, 1/2.

Vejamos por quê. A extensão de “ $\hat{x} \text{ indef } x=b$ ” é A. Como A é um referente limítrofe de “b” (já que A e B estão pareados), “b tem $\hat{x} \text{ indef } x=b$ ” possui o valor de verdade 1/2. Logo, a negação disso também possui o valor de verdade 1/2. Assim, essa inferência passaria do valor de verdade 1 para o 1/2.¹⁴³

Van Inwagen reconhece que um crítico poderia questionar sua regra para determinar o valor de verdade de frases de atribuição, então busca defendê-la. Ele questiona se, sendo

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 250.

¹⁴¹ Van Inwagen de fato utiliza a expressão “forma de inferência”, embora, segundo a sua definição, um conjunto de frases particulares, e não de, digamos, variáveis proposicionais, contaria como uma forma de inferência.

¹⁴² *Ibid.*, p. 251.

¹⁴³ *Ibid.*, pp. 251-2.

indefinido que x é idêntico a y e sendo definidamente certo que y possui a propriedade F , poderia ser definidamente falso que x possui a propriedade F . Por exemplo: imaginemos que Tom é sábio, mas Tim não; se gradualmente fizermos conexões vitais e neurais entre os dois até chegarmos a um ponto em que é indefinido se eles são a mesma pessoa, parece razoável, segundo o autor, dizer que é indefinido se Tim é sábio.¹⁴⁴

Assim, não seria definidamente verdadeiro que Tim não tem a propriedade de ser algo tal que é indefinido se essa coisa é Tim, já que ele é meio idêntico a algo que definidamente tem essa propriedade (Tom). Portanto, ele meio que tem essa propriedade. E da verdade de “não é indefinido se Tim é Tim” e da verdade de “não é indefinido se Tim tem a propriedade de ser idêntico a Tim” não se seguiria que Tim não possui a propriedade de ser indefinidamente idêntico a Tim.

Do fato de Tim meio que não ter a propriedade de ser indefinidamente idêntico a Tim se segue o fato de Tim meio que *ter* a propriedade de ser indefinidamente idêntico a Tim. Apesar disso, van Inwagen diz que isso tudo não implicaria que Tim meio que tem a propriedade de ser algo que não é definidamente verdadeiro nem definidamente falso que é idêntico a si mesmo, pois ter *esta* propriedade seria patentemente autocontraditório.¹⁴⁵

Sinceramente, esses comentários não fazem sentido para mim. Talvez me chamem de um conservador quanto a lógica, mas me parece que uma lógica que reconheça que pode ser indefinido se um objeto possui a propriedade de ser indefinido se ele é idêntico a si mesmo é, no mínimo, bizarra. Essa consequência é um fortíssimo sinal de que algo de errado ocorreu em algum lugar na argumentação. É claro, van Inwagen quer defender, de alguma maneira, que nenhum objeto meio que possui a propriedade de ser indefinidamente idêntico a si mesmo,¹⁴⁶ mas não consigo começar a imaginar como alguém poderia defender isso e, ao mesmo tempo, dizer que pode ser indefinido se Tim possui a propriedade de ser indefinidamente idêntico a Tim.¹⁴⁷

Acredito que algumas lógicas não clássicas possam ter eventualmente alguma utilidade, como a lógica quântica para tratar da física quântica ou uma lógica intuicionista para lidar com

¹⁴⁴ *Ibid.*, pp. 253-4.

¹⁴⁵ *Ibid.*, pp. 255-6.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 255.

¹⁴⁷ Esse raciocínio fica ainda mais absurdo quando percebemos que van Inwagen aceita tranquilamente que eu possa ter definidamente uma propriedade “ F ” no tempo t_1 , definidamente ter a propriedade que é a negação de “ F ” no tempo t_2 e, ainda assim, ser definidamente a mesma pessoa nos dois tempos: a sua negação do essencialismo mereológico, assim como o seu princípio “vida”, implicam isso, caso “ F ” seja “ter os membros do conjunto difuso de simples x como partes”. Se ter propriedades contraditórias é possível em casos de identidade definida, por que não seria em casos de identidade indefinida? (A possível crítica de que isso não seria um exemplo de uma propriedade real será respondida posteriormente neste trabalho).

demonstrabilidade na matemática.¹⁴⁸ Mas tenho dificuldades em imaginar o que uma lógica que nos permita dizer que $a=a$ não é definidamente verdadeiro nos ajudaria a esclarecer – parece-me que ela apenas aumentaria os mistérios.

A lógica desenvolvida por van Inwagen retira a validade universal de diversos princípios que são normalmente tidos como autoevidentes: a lei do terceiro excluído, a lei da não contradição e a transitividade da identidade. A resposta do autor a essas críticas consiste em apontar que tudo isso é de se esperar de uma lógica que aceite um valor de verdade intermediário entre “definidamente verdadeiro” e “definidamente falso”.¹⁴⁹

Mais texto é dedicado, contudo, ao princípio da não identidade dos discerníveis. Van Inwagen reconhece que sua lógica permite contraexemplos a esse princípio, mas acredita que isso seja menos relevante para a sua resposta a Evans do que o contraexemplo à inferência $\sim(\text{indef } b=b) \vdash \sim(b \text{ tem } \hat{x} \text{ indef } x=b)$; isso porque este último contraexemplo poderia não preservar o valor de verdade 1, ao passo que os contraexemplos à não identidade dos discerníveis apenas poderiam nos levar do valor de verdade 1/2 ao 0.¹⁵⁰

À alegação de que a não identidade dos discerníveis seria autoevidente, van Inwagen sugere que talvez o que realmente tenha apelo intuitivo para nós seja o que ele chamou de “não identidade definida dos definidamente discerníveis”, o que diminuiria a implausibilidade da semântica que ele oferece. Ele também diz que, caso aceitemos a possibilidade de ser indefinido se um objeto possui uma propriedade, não parecerá absurdo encontrar exceções a esse princípio. Gostaríamos, por exemplo, de poder atribuir o valor de verdade 1/2 às premissas e o valor de verdade 0 à conclusão do seguinte argumento: $a \text{ tem } \hat{x} \text{ indef } x=a, \sim(a \text{ tem } \hat{x} \text{ indef } x=a) \vdash \sim(a=a)$.¹⁵¹

A adesão ao princípio da não identidade dos discerníveis é motivada pelo princípio da indiscernibilidade dos idênticos, muitas vezes considerado, junto com o princípio da identidade dos indiscerníveis, como compondo a Lei de Leibniz.¹⁵² Van Inwagen aponta que esse princípio

¹⁴⁸ Breves explicações dessas lógicas não clássicas podem ser encontradas em DE RONDE, Christian; DOMENECH, Graciela; FREYTES, Héctor. **Quantum Logic in Historical and Philosophical Perspective**. In: The Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <https://iep.utm.edu/qu-logic/> (último acesso às 16:47 de 27/06/2024) e MORTARI, Cezar Augusto. **Introdução à Lógica**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 468-72.

¹⁴⁹ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 261-3.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 252.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 264.

¹⁵² Alguns autores reservam o nome “Lei de Leibniz” apenas ao último dos dois princípios, que foi explicitamente defendido por ele; *vide* FORREST, Peter Richard Haddow. **The Identity of Indiscernibles**. In: The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Ed. Edward Nouri Zalta. Versão Inverno 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2020/entries/identity-indiscernible/> (último acesso às 18:03 de 27/06/2024) e LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Discurso de Metafísica**. Tradução de: Fábio Creder. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2019, p. 21 (seção IX).

não é válido na semântica apresentada por ele, mas que poderia ser caso assegurássemos a transitividade da identidade ao estabelecermos como requisito para qualquer modelo que, se ele parear A e B e parear B e C, deve parear A e C.¹⁵³

Pessoalmente, acho que, se o objetivo de van Inwagen fosse apenas mostrar a invalidade do argumento de Evans (e não também apresentar uma semântica que ele aprova), ele não precisaria ter se dado ao trabalho de desenvolver toda essa semântica, tampouco deveria ter deixado para perto do final do capítulo as discussões sobre a não identidade dos discerníveis e afirmado que os contraexemplos a esse princípio são secundários. Isso porque a Lei de Leibniz (entendida aqui como a conjunção da identidade dos indiscerníveis com a indiscernibilidade dos idênticos) me parece ser incrivelmente mais problemática do que a maioria dos filósofos parece gostar de admitir.

A identidade dos indiscerníveis pode ser questionada por situações hipotéticas como aquela em que os únicos objetos do universo fossem duas esferas idênticas, já que não parece ser possível encontrar uma propriedade que as distinga (embora alguns apelem a propriedades como “ser esta coisa em específico”, uma “hecceidade”).¹⁵⁴ Contudo, para criticar o argumento de Evans, bastaria negar a aplicabilidade universal da indiscernibilidade dos idênticos.

Tenho a impressão de que a maioria dos filósofos quer ser visto como um defensor desse princípio, já que ele soa inicialmente, de fato, razoável.¹⁵⁵ Se observarmos bem as suas consequências, contudo, veremos que quase nenhum filósofo estaria disposto a aceitá-lo, pelo menos em todos os casos.

O princípio determina que, se dois objetos são o mesmo, então as propriedades de um são exatamente as mesmas que as do outro. Mas me tomemos como um exemplo. Há pouco mais de dois anos, eu possuía a propriedade “ter o cabelo platinado”; hoje, não possuo mais tal propriedade. Apesar disso, a maioria dos filósofos gostaria de poder dizer que eu sou a mesma pessoa que era dois anos atrás.

Sejamos um pouco mais radicais. Recentemente me alimentei e uma partícula subatômica que era parte da minha comida – chamemo-la x – foi “apanhada pela minha vida”, como diria van Inwagen; ela virou uma parte minha, e isso é algo com que mesmo filósofos que não aceitam a resposta de van Inwagen à questão especial da composição normalmente

¹⁵³ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, p. 265.

¹⁵⁴ BLACK, Max. **The Identity of Indiscernibles**. *Mind*, vol. 61, no. 242. Oxford: Oxford University Press, 1952, pp. 156-63; FORREST, Peter Richard Haddow. **The Identity of Indiscernibles**. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Ed. Edward Nouri Zalta. Versão Inverno 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2020/entries/identity-indiscernible/> (último acesso às 18:03 de 27/06/2024).

¹⁵⁵ Acredito que essa impressão venha do fato de ter lido vários autores referenciando o princípio, muitas vezes como parte de seus argumentos, e não ter qualquer lembrança minimamente clara de uma crítica a ele.

concordariam. Logo, tenho agora a propriedade de “ter x como parte sua”. Mas eu não tinha essa propriedade ontem. O princípio implica, portanto, o essencialismo mereológico. Na verdade, a cada instante, eu me movo um pouco, perco a propriedade “ser composto de objetos arranjados da maneira x ” e ganho a propriedade “ser composto de objetos arranjados da maneira y ”; o princípio implica o essencialismo posicional.

Sejamos ainda mais radicais. Ainda que eu não me rearranjasse, meu movimento através do espaço, ou o movimento de outros objetos, trocava minhas propriedades de “estar à distância x do objeto y ”; ou, caso o espaço seja absoluto e não relativo,¹⁵⁶ trocava minhas propriedades de “estar ocupando os pontos x , y e z do espaço”. Digamos que alguém é um niilista mereológico e não me reconheça como um objeto real. Os mesmos problemas de movimentação através do espaço ressurgiriam para os seus simples, caso quisesse permitir a identidade deles ao longo do movimento.

Sejamos radicais ao extremo. Digamos que há um único objeto no universo, uma esfera simples e imóvel (talvez algo similar à posição de Parmênides, embora seja difícil saber o que ele buscava defender). Se o tempo existir e os instantes do tempo tiverem algum tipo de “estidade” ou hecceidade, de modo que consigamos distingui-los apesar da nossa esfera ser simples e imóvel, teríamos de concluir que, a cada instante, há uma nova esfera, pois cada uma teria a propriedade “existir no instante x ”.

Ainda que nos restrinjamos ao que van Inwagen denominou o princípio da “não identidade definida dos definidamente discerníveis”, parece que nossa situação não fica muito melhor, tendo em vista que a maioria dos filósofos gostaria de poder dizer que eu sou definidamente a mesma pessoa que era há um segundo, que os simples se movendo pelo espaço são definidamente os mesmos ou até mesmo que a esfera parmenideana é definidamente a mesma ao longo do tempo; ao mesmo tempo (creio eu), a maioria gostaria de poder dizer que os discernimentos que fiz acima definidamente são corretos.

Tudo isso sugere que o princípio é demasiadamente forte.¹⁵⁷ Em defesa dele, poderia ser dito, creio eu, que muitas das “propriedades” que eu aponte não seriam “propriedades reais” – de um modo similar a como van Inwagen diz que o defensor da teoria linguística da vagueza

¹⁵⁶ Uma introdução ao debate se encontra em HOEFER, Carl; HUGGETT, Nick; READ, James. **Absolute and Relational Space and Motion: Classical Theories**. In: The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Eds. Edward Nouri Zalta e Uri Nodelman. Versão Primavera 2023. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/spacetime-theories-classical/> (último acesso às 21:27 de 27/06/2024).

¹⁵⁷ Ainda assim, eu tendo a acreditar nele. Mas uma defesa dessa posição radical, além de nos afastar do tema principal deste trabalho (a resposta de van Inwagen à questão especial da composição), ocuparia muito espaço de um trabalho de conclusão de curso com um limite de 50 páginas.

sustentaria que “ser rico” não é uma propriedade real. Desenvolver em detalhes minha resposta a essa sugestão seria um desvio muito grande,¹⁵⁸ mas, se eu tivesse de resumir muito brevemente a essência da minha resposta, seria o seguinte: o que é uma “propriedade” é algo não muito claro, mas eu tendo a fazer sentido dessa noção encarando “propriedades de x” como sendo uma linguagem um pouco misteriosa para “fatos sobre x” e certamente “ter ou não y como parte” (caso de fato existam objetos com partes próprias), “se mover ou não pelo espaço” ou “existir ou não no tempo z” são questões de fato sobre x (embora eu consiga conceber que outras coisas como “ser belo”, “ser rico” ou “estarem arranjados em forma de mesa” não sejam questões de fato).

Também poderia ser dito que o princípio se aplica apenas a propriedades essenciais, não a acidentais. A isso eu responderia duas coisas. Primeiramente, não me parece claro como poderíamos distinguir propriedades essenciais de acidentais sem apelar a intuições do tipo “se eu remover isso, não é mais a mesma coisa”, que muitas vezes não vão ser compartilhadas por todas as pessoas, o que torna difícil dizer quais seriam corretas. Mas, além disso, e mais relevante para a crítica aqui exposta, há o fato de, até onde eu vejo, os filósofos não costumarem restringir o uso da Lei de Leibniz a propriedades essenciais, mas apelarem a ela sempre que um objeto possui uma propriedade que outro não possui; Evans, por exemplo, em momento algum faz referência a essa restrição em seu artigo.

No último capítulo de *Material Beings*, van Inwagen aborda algumas consequências do fato de a existência poder ser, segundo a sua posição, vaga. O fato de ser possível ser indefinido se um objeto possui uma propriedade gerará, naturalmente, casos em que “ $\text{indef } \exists x Fx$ ” será verdadeiro; mas a vagueza da composição gerará casos dessa proposição muito mais problemáticos. Um exemplo dado pelo autor esclarece bem essa questão.

Suponha que a atividade de dez simples constitui o único caso limítrofe de uma vida, que a atividade de nenhum conjunto de simples constitua um evento que é definidamente uma vida e que cada simples pese um quilograma. Que valor de verdade devemos atribuir a “ $\exists x x$ pesa mais de quatro quilogramas”? Parece que $1/2$, assim como “ $\text{indef } \exists x x$ pesa mais de quatro quilogramas” parece merecer o valor 1. Mas esse caso é diferente dos anteriores pelo fato de não podermos dizer que há um objeto que não possui definidamente uma propriedade nem definidamente não a possui; não é nem definido se há um objeto para além dos simples ali.

¹⁵⁸ Novamente, há um tema principal do trabalho e há um limite de páginas, o que, somado à natureza tentativa desta minha resposta, me leva a mais uma vez fazer o que é feito em muitos diálogos platônicos e dizer misteriosamente que aqui não é um lugar adequado para discutir essas questões (*vide, e. g.*, República 506D-E, Timeu 38D-E).

Além disso, cada um dos simples definidamente pesa menos de quatro quilogramas e, se eles realmente compusessem algo, esse algo definidamente pesaria mais de quatro quilogramas.¹⁵⁹

David Lewis se opôs a qualquer restrição à composição que buscasse acomodar nossas intuições por considerar que todas levariam a casos de vagueza existencial como esse, com a consequência inaceitável de que haveria objetos tais que é indefinido se existem ou não.¹⁶⁰ Van Inwagen reconhece que vagueza existencial é uma consequência de qualquer resposta à questão especial da composição segundo a qual objetos compõem algo apenas caso estejam em alguma relação causal de diversos graus¹⁶¹ uns com os outros, mas busca demonstrar que isso não implica a existência dos objetos misteriosos criticados por Lewis. Isso nos leva à cereja do bolo da complexidade dos desenvolvimentos de van Inwagen em lógica: um fragmento de semântica para uma linguagem lógica com quantificação existencial e duas categorias de objetos no domínio de discurso que não nos permita passar de “indef $\exists xFx$ ” para “ $\exists x$ indef Fx ” (se “F” significar “ser a soma dos xs”, isso implicaria que, do fato de ser indefinido se há algo que é a soma dos xs, não se segue que há algo que é indefinido se é a soma dos xs).¹⁶²

O vocabulário da linguagem desenvolvida por van Inwagen consiste apenas no quantificador “ \exists ”, “indef”, variáveis singulares e letras de predicados monádicos. As regras de formação são “as óbvias”. Supomos que “G” é um predicado, que dentre os predicados representados por “G” há predicados que contêm “indef” e que “ $\exists G$ ” é uma abreviação para “ $\exists xGx$ ”. Como atribuir os valores de verdade 0, 1/2 e 1 a “ $\exists G$ ”?¹⁶³

O valor de verdade dependerá do fato de a extensão ou a fronteira do predicado “G” ser vazia ou não. Mas, como havia sido apontado, parece dever ser possível haver casos em que “ $\exists G$ ” receba o valor 1/2, embora tanto a extensão quanto a fronteira do predicado estejam vazias. Para dar conta disso, van Inwagen divide os objetos do seu domínio de discurso em duas categorias: “objetos completos” e “objetos limítrofes”. Os objetos completos definidamente existem, ao passo que os objetos limítrofes “residem no ocaso entre o dia do ser e a noite do

¹⁵⁹ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 271-2.

¹⁶⁰ LEWIS, David Kellogg. **On the Plurality of Worlds**. Oxford: Basil Blackwell Ltd., 1986, pp. 212-3. Sider reformula o argumento de Lewis; *vide* NUNES, Rhamon de Oliveira. **Totalidades e Estrutura Mereológica: Um Estudo sobre a Natureza dos Objetos Compostos**. 2020. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pp. 50-2 e SIDER, Theodore. **Four-Dimensionalism: An Ontology of Persistence and Time**. Oxford: Clarendon Press, 2001, pp. 122-6.

¹⁶¹ Uma relação de diversos graus (*multigrade*) é uma relação que não possui um grau específico (não é binária, ternária etc.), pois diferentes números de objetos podem estar nessa relação. Esse conceito é desenvolvido em MACBRIDE, Fraser. **Relations**. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Ed. Edward Nouri Zalta. Versão Inverno 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2020/entries/relations/> (último acesso às 13:43 de 02/07/2024).

¹⁶² VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 272-4.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 274.

não ser”. Van Inwagen concorda com Lewis quanto a esse último tipo de objeto não fazer sentido, mas sustenta fazer referência a eles apenas por questões heurísticas e promete posteriormente “pagar a sua nota promissória” e mostrar como não seria preciso reconhecer a existência de tais objetos para desenvolver a sua semântica.¹⁶⁴

Há quatro possibilidades quanto ao conteúdo da extensão e da fronteira de “G”: cada uma pode conter apenas objetos completos (“C”), apenas objetos limítrofes (“L”), ambos os tipos de objetos (“CL”) ou ser vazia (“V”). Van Inwagen sugere que o valor de verdade de “ $\exists G$ ” seja determinado de acordo com a seguinte tabela:

Extensão de G	Fronteira de G	Valor de $\exists G$
C	C	1
C	CL	1
C	L	1
C	V	1
CL	C	1
CL	CL	1
CL	L	1
CL	V	1
L	C	1/2
L	CL	1/2
L	L	1/2
L	V	1/2
V	C	1/2
V	CL	1/2
V	L	1/2
V	V	0

Em suma, segundo essa tabela, a presença de um objeto completo na extensão de “G” é condição necessária e suficiente para a atribuição do valor de verdade 1 a “ $\exists G$ ”, ao passo que, se o valor de verdade de “ $\exists G$ ” não for 1, atribuímos o valor de verdade 1/2 caso haja a menor desculpa para fazê-lo. Seguimos o estabelecido no capítulo anterior da obra ao considerar que “indef G” não possui fronteira própria e possui a fronteira de “G” como extensão, assim como

¹⁶⁴ *Ibid.*

ao reutilizar a tabela anterior para o valor de verdade de frases iniciadas por “indef”. Isso nos permite definir os valores de verdade de “ $\exists \text{indef } G$ ” e “ $\text{indef } \exists G$ ”.¹⁶⁵

Quanto à passagem de “ $\text{indef } \exists x Fx$ ” para “ $\exists x \text{ indef } Fx$ ”, podemos ver que há dois casos que são contraexemplos a ela. Se a extensão de “F” não possuir objetos completos e a fronteira de “F” só possuir objetos limítrofes, então a premissa possuirá valor de verdade 1 e a conclusão, valor de verdade 1/2; por outro lado, se a fronteira de “F” for vazia e a sua extensão só possuir objetos limítrofes, então a premissa possuirá valor de verdade 1 e a conclusão, valor de verdade 0.¹⁶⁶

Van Inwagen em seguida paga a sua nota promissória fazendo referência a um certo tipo de “objetos procuradores” (*proxy*). Esses objetos procuradores seriam objetos que definitivamente existem, mas tais que algumas de suas características imitariam aspectos relevantes do que esperaríamos de objetos cuja existência é indefinida.¹⁶⁷

Van Inwagen reconhece a existência de conjuntos difusos de simples. Contudo, como a mudança de partes de objetos ao longo do tempo implica que não há um único conjunto difuso de simples que seja “o conjunto difuso de simples tal que é indefinido se seus membros compõem um objeto”, os objetos procuradores que ele adota são funções que associam instantes do tempo a conjuntos difusos de simples. A sua definição é a seguinte:

x é um objeto limítrofe procurador se e somente se x é uma função que associa instantes do tempo a conjuntos difusos de simples e há uma vida limítrofe¹⁶⁸ y tal que, para cada tempo t, cada simples z e cada grau w, z pertence no grau w ao conjunto difuso que x associa a t se e somente se z está sendo apanhado por y no grau w em t.¹⁶⁹

Associar um desses objetos procuradores à extensão ou à fronteira de um predicado, por sua vez, significaria dizer que, se os membros dos conjuntos difusos desses objetos compusessem algo, então esse algo instanciaria essa propriedade ou, no caso da associação à fronteira, seria um caso limítrofe de instanciação dessa propriedade.¹⁷⁰ Van Inwagen afirma que também poderia ter utilizado vidas limítrofes como objetos procuradores.¹⁷¹

Esse uso de “objetos procuradores” me parece ser uma resposta válida, contanto que você esteja disposto a admitir que “funções que associam conjuntos difusos de simples a

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 275.

¹⁶⁶ *Ibid.*, pp. 275-6.

¹⁶⁷ *Ibid.*, pp. 276-7.

¹⁶⁸ *I. e.* um evento que é um caso limítrofe de uma vida.

¹⁶⁹ *Ibid.*, pp. 277-8.

¹⁷⁰ *Ibid.*, pp. 278-9.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 281.

instantes do tempo” ou “eventos que são casos limítrofes de uma vida” são algum tipo de objeto real; pessoalmente sou um pouco receoso de admitir a existência de tais abstrações, mas van Inwagen admite tranquilamente ser um platonista com relação a conjuntos.¹⁷²

Van Inwagen passa então a esclarecer qual seria o sentido intuitivo das duas exceções à passagem de “indef $\exists xFx$ ” para “ $\exists x$ indef Fx ” apontadas anteriormente. Aquela em que não há objetos completos na extensão de “F” e há apenas objetos limítrofes na sua fronteira poderia ser o caso em que “F” significasse “ter o formato x”, nenhum objeto completo tivesse esse formato e alguns vírus (um caso limítrofe de composição) tivessem mais ou menos esse formato. Nessa situação, seria definidamente verdadeiro que é indefinido se algo possui esse formato, ao passo que seria apenas “meio verdade” que há algo que possui mais ou menos esse formato.

A outra exceção, em que a fronteira de “F” é vazia e a sua extensão apenas possui objetos limítrofes, poderia ser o caso em que nenhum objeto completo possui o formato x ou o possui mais ou menos, ao passo que alguns vírus possuem definidamente esse formato e nenhum outro objeto limítrofe possui mais ou menos esse formato. Assim, é definidamente verdadeiro que é indefinido se algo possui esse formato, muito embora seja definidamente falso que há algo que possui mais ou menos esse formato. Essa segunda exceção invalidaria a crítica de Lewis: caso “F” seja “ser a soma dos xs”, do fato de ser indefinido se algo é “F” não se segue que há algo que é indefinido se é “F”.^{173 174}

Ao final do livro, van Inwagen admite que seu uso do operador “indef” nos capítulos 18 e 19 foi uma simplificação e que, na realidade, identidade e existência são uma questão de grau, havendo diferentes níveis de vagueza.¹⁷⁵ Uma versão completa da semântica que ele apresentou, portanto, teria de utilizar valores de verdade contínuos, como a lógica multivalorada de Łukasiewicz.¹⁷⁶ E ele reconhece que, se alguém puder retirar consequências embaraçosas a partir de proposições verdadeiras usando a noção de vagueza e um vocabulário mais complexo que o de seus fragmentos, ou se simplesmente não for possível complexificar adequadamente o vocabulário de seus fragmentos semânticos, então ele estará em apuros.¹⁷⁷ Logo, é preciso ter

¹⁷² *Ibid.*, p. 260.

¹⁷³ *Ibid.*, pp. 279-80.

¹⁷⁴ Não me é muito claro se essa resposta de van Inwagen acerta em cheio a crítica de Lewis. Afinal de contas, Lewis não se refere à propriedade “ser a soma dos xs”, mas sim a “existir”, e van Inwagen está tratando a existência como um predicado de segunda ordem; *vide* LEWIS, David Kellogg. **On the Plurality of Worlds**. Oxford: Basil Blackwell Ltd., 1986, pp. 212-3.

¹⁷⁵ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 281-2.

¹⁷⁶ Um resumo do seu funcionamento se encontra em GOTTWALD, Siegfried Johannes. **Many-Valued Logic**. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Ed. Edward Nouri Zalta. Versão Verão 2022. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2022/entries/logic-manyvalued/> (último acesso à 00:22 de 28/06/2024).

¹⁷⁷ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, pp. 247-8 e 282.

em mente que as suas respostas a Evans e Lewis não são definitivas, mas condicionadas por tais questões.

Por fim, gostaria de apresentar uma crítica mais geral à posição de van Inwagen. Ele afirma que os argumentos de cunho cartesiano o obrigariam a admitir a existência de organismos humanos e, para evitar arbitrariedade, ele admite a existência de todos os organismos vivos. Vejo dois problemas nisto. O primeiro, mais simples de apontar, é que essa noção de “arbitrariedade” não é desenvolvida; não fica nada claro por que seria incorreto, a partir desses argumentos cartesianos, admitir apenas a existência dele próprio, ou apenas de seres humanos, ou apenas de seres vivos conscientes, deixando de lado plantas, fungos e células (pressupondo-se o senso comum de que tais seres não são conscientes).

O segundo problema é mais profundo e, infelizmente, não há espaço para desenvolvê-lo completamente. Van Inwagen diz não compreender como ele poderia ser um objeto não físico, o que o obrigaria a admitir a existência de um organismo. Bem, eu considero a hipótese rechaçada por ele, embora não sem seus mistérios, inteligível. Também nego o materialismo *token-token* que ele adota para tratar de estados mentais. Assim sendo, não acho que os argumentos cartesianos o obrigariam a admitir a existência de organismos.

Se ele pode evitar admitir a existência de organismos, creio que fazer isso seria ótimo, pois todos os mistérios sobre a vagueza quanto à composição e à identidade que ele adota seriam desfeitos. “Ser vivo” poderia ser tratado como um predicado tão irreal quanto “ser rico” e não haveria uma questão de fato quanto a se um vírus é vivo, por exemplo.

Quanto à acusação de que isso é absurdo, poderíamos dizer duas coisas: não é muito mais absurdo à primeira vista do que a negação já admitida por van Inwagen da existência de artefatos e objetos naturais não vivos, como pedras e estrelas; em segundo lugar, poderíamos afirmar, com Sider,¹⁷⁸ que um predicado como “ser vivo” pode ser muito útil, por exemplo, na biologia sem fazer parte da natureza fundamental do universo, havendo, nesses casos, simples arranjos de um modo que normalmente descreveríamos como sendo o de um ser vivo. As leis do universo não distinguiriam seres vivos de não vivos, embora fazer essa distinção seja útil em muitos contextos.

Ainda assim, creio que os argumentos cartesianos (ou ao menos algo similar a eles) nos obrigariam a admitir algo: “existe, agora, uma consciência”. Partindo do pressuposto de que a

¹⁷⁸ SIDER, Theodore. **Against Parthood**. In: Oxford Studies in Metaphysics, vol. 8. Eds. Karen Bennett e Dean W. Zimmerman Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 240.

consciência é algo não físico, mas causado pelo físico,¹⁷⁹ teríamos de admitir que há composição quando simples¹⁸⁰ geram uma consciência.¹⁸¹ Como eu havia mencionado anteriormente neste trabalho, não consigo entender a hipótese que Sider levanta¹⁸² de que as experiências que experienciamos como sendo um único episódio consciente de um sujeito único seriam o resultado de partículas simples que não compõem nada. Se diversos simples geram um episódio consciente unificado, temos então que, na estrutura básica da realidade, e não na linguagem de uma ciência não fundamental, diversas coisas geram um outro tipo de coisa; temos, para usar uma expressão de van Inwagen, “unidade surgindo da pluralidade”.¹⁸³ Isso quer dizer que a estrutura básica da realidade entende aqueles simples como sendo um todo, “o todo que gerou o episódio de consciência x”. Se isso não é composição, eu não sei o que é.

Adicione-se a isso o princípio de que simplicidade é conducente à verdade em nossas teorias fundamentais¹⁸⁴ e o fato de que não me parece ser necessário postular qualquer outro princípio de composição para explicar outros aspectos da realidade, podendo eles ser explicados por meio das interações entre simples, e chegamos ao seguinte bicondicional: “ $\exists y$ os x s compõem y se e somente se os x s geram uma consciência”. Eis aí, de maneira brevíssima, minha resposta à questão especial da composição.

6. CONCLUSÃO

¹⁷⁹ O que me soa razoável, mas é incrivelmente controverso na filosofia e infelizmente não posso defender suficientemente bem aqui.

¹⁸⁰ Aqui pressupondo que há simples, algo que van Inwagen dá de barato; *vide* VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, p. 5. Embora eu acredite que existam simples, minhas reticências com relação à ideia de uma realidade contínua ou *gunky* (em que todo objeto possui uma parte própria (há um breve tratamento da questão em VARZI, Achille C.. **Mereology**. In: The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Ed. Edward Nouri Zalta. Versão Primavera 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/mereology/> (último acesso à 00:47 de 28/06/2024)) ainda não são muito bem articuladas.

¹⁸¹ Para ser mais exato, me vejo obrigado a admitir a composição quando os simples geram *qualia*, ou sensações. Acho que outros estados mentais, como atitudes proposicionais e emoções, poderiam ser eliminados *à la* Churchland (*vide* CHURCHLAND, Paul Montgomery. **Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes**. The Journal of Philosophy, vol. 78, no. 2. Nova Iorque: The Journal of Philosophy, Inc., 1981), embora este ponto não seja essencial para a argumentação que estou desenvolvendo aqui e eu não me sinta absolutamente seguro com relação a ele.

¹⁸² SIDER, Theodore. **Against Parthood**. In: Oxford Studies in Metaphysics, vol. 8. Eds. Karen Bennett e Dean W. Zimmerman Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 269.

¹⁸³ VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, p. 31.

¹⁸⁴ Defendido brevemente por Sider em SIDER, Theodore. **Against Parthood**. In: Oxford Studies in Metaphysics, vol. 8. Eds. Karen Bennett e Dean W. Zimmerman Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 238-43. Esse princípio também nos permitiria recusar a tese da composição brutal de Markosian, segundo a qual não haveria uma resposta verdadeira, não trivial e finita à questão especial da composição, sendo a composição um fato bruto da realidade que ocorreria em diversas situações diferentes; tese esta que tem como objetivo salvar nossas intuições pré-filosóficas quanto a que tipos de objetos compostos existem, sacrificando no processo a simplicidade dos fundamentos da realidade; *vide* MARKOSIAN, Ned. **Brutal Composition**. Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition, vol. 92, no. 3. Berlim: Springer, 1998, pp. 211, 214 e 236-7.

Neste trabalho, foi possível esclarecer a questão especial da composição e, inicialmente, apontar problemas que afligem as respostas baseadas em diferentes níveis de ligação física e as respostas seriadas. Quanto às respostas extremas, o niilismo e o universalismo mereológicos, conseguimos esclarecer razões que levariam alguém a adotá-las, assim como apresentar respostas às críticas que van Inwagen desenvolveu contra elas.

A resposta defendida pelo próprio van Inwagen, por sua vez, foi apresentada em detalhes bastante minuciosos, esclarecendo que tipo de evento são vidas e como elas se mantêm ao longo do tempo, além de indicando algumas das motivações que levaram o autor a adotá-la.

Muitos problemas com a resposta de van Inwagen foram apontados, como o seu apelo não reconhecido ao senso comum ao oferecer uma resposta ao problema dos muitos, o fato de a sua ontologia de eventos não ser bem desenvolvida, a possibilidade de ser indefinido se um objeto possui a propriedade de ser indefinidamente idêntico a si mesmo, a natureza abstrata dos seus “objetos procuradores” utilizados para explicar a vagueza existencial e a fragmentariedade da sua linguagem lógica, que torna os seus resultados condicionados à possibilidade ou não de expandi-la adequadamente.

Por fim, foram também esboçadas uma crítica ao princípio da indiscernibilidade dos idênticos e uma resposta à questão especial da composição autorais, que não puderam ser desenvolvidas completamente devido ao escopo deste trabalho.

Podemos concluir que a resposta de van Inwagen à questão especial da composição, embora interessante, com diversas sutilezas e com o potencial de ser instrutiva e gerar muitas reflexões, não deve ser considerada correta pelo fato de haver outras respostas que, embora não sem os seus próprios problemas, geram menos complicações.

REFERÊNCIAS

- BENNETT, Karen. **Composition, Colocation and Metaontology**. In: *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Eds. David Chalmers, David Manley e Ryan Wasserman. Oxford: Clarendon Press, 2009
- BLACK, Max. **The Identity of Indiscernibles**. *Mind*, vol. 61, no. 242. Oxford: Oxford University Press, 1952
- CHURCHLAND, Paul Montgomery. **Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes**. *The Journal of Philosophy*, vol. 78, no. 2. Nova Iorque: The Journal of Philosophy, Inc., 1981

- COTNOIR, Aaron J.; VARZI, Achille C.. **Mereology**. Oxford: Oxford University Press, 2021
- DAVIDSON, Donald Herbert. **Mental Events**. In: *Essays on Actions and Events*. Oxford: Oxford University Press, 2001
- DENNETT, Daniel Clement. **The Intentional Stance**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1989
- DE RONDE, Christian; DOMENECH, Graciela; FREYTES, Héctor. **Quantum Logic in Historical and Philosophical Perspective**. In: *The Internet Encyclopedia of Philosophy*
- DESCARTES, René. **Meditations on First Philosophy, with Selections from the Objections and Replies**. Tradução de: Michael Moriarty. Oxford: Oxford University Press, 2008
- EVANS, Michael Gareth Justin. **Can There be Vague Objects?**. *Analysis*, vol. 38, no. 4. Oxford: Blackwell Publishing, 1978
- FORREST, Peter Richard Haddow. **The Identity of Indiscernibles**. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Ed. Edward Nouri Zalta. Versão Inverno 2020
- GEACH, Peter Thomas. **Reference and Generality: An Examination of Some Medieval and Modern Theories**. 3 ed. Ithaca: Cornell University Press, 1980
- GOTTWALD, Siegfried Johannes. **Many-Valued Logic**. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Ed. Edward Nouri Zalta. Versão Verão 2022
- HAWLEY, Katherine Jane. **Temporal Parts**. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Eds. Edward Nouri Zalta e Uri Nodelman. Versão Primavera 2023
- HESTEVOLD, H. Scott. **Conjoining**. *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 41, no. 3. Rhode Island: International Phenomenological Society, 1981
- HOEFER, Carl; HUGGETT, Nick; READ, James. **Absolute and Relational Space and Motion: Classical Theories**. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Eds. Edward Nouri Zalta e Uri Nodelman. Versão Primavera 2023
- HUME, David. **Tratado da Natureza Humana: Uma Tentativa de Introduzir o Método Experimental de Raciocínio nos Assuntos Morais**. Tradução de: Déborah Danowski. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Discurso de Metafísica**. Tradução de: Fábio Creder. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2019
- LEWIS, David Kellogg. **On the Plurality of Worlds**. Oxford: Basil Blackwell Ltd., 1986
- LOCKE, John. **An Essay Concerning Human Understanding**. Londres: Penguin Books, 1997
- MACBRIDE, Fraser. **Relations**. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Ed. Edward Nouri Zalta. Versão Inverno 2020

- MARKOSIAN, Ned. **Brutal Composition**. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, vol. 92, no. 3. Berlim: Springer, 1998
- MORTARI, Cezar Augusto. **Introdução à Lógica**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2016
- NUNES, Rhamon de Oliveira. **Totalidades e Estrutura Mereológica: Um Estudo sobre a Natureza dos Objetos Compostos**. 2020. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
- QUINE, Willard van Orman. **Mathematical Logic**. Edição Revisada. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1981
- QUINE, Willard van Orman. **Ontology and Ideology**. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, vol. 2, no. 1. Berlim: Springer, 1951
- QUINE, Willard van Orman. **On What There Is**. *The Review of Metaphysics*, vol. 2, no. 5. Washington, D.C.: Philosophy Education Society Inc., 1948
- REA, Michael Cannon. **In Defense of Mereological Universalism**. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 58, no. 2. Rhode Island: International Phenomenological Society, 1998
- RUSSELL, Bertrand Arthur William. **The Problems of Philosophy**. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2001
- RUSSELL, Bertrand Arthur William. **Vagueness**. *The Australasian Journal of Psychology and Philosophy*, vol. 1, no. 2. Sydney: Australasian Association of Psychology and Philosophy, 1923
- SEARLE, John Rogers. **Minds, Brains, and Programs**. *Behavioral and Brain Sciences*, vol. 3, no. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 1980
- SIDER, Theodore. **Against Parthood**. In: *Oxford Studies in Metaphysics*, vol. 8. Eds. Karen Bennett e Dean W. Zimmerman Oxford: Oxford University Press, 2013
- SIDER, Theodore. **Four-Dimensionalism: An Ontology of Persistence and Time**. Oxford: Clarendon Press, 2001
- STEEN, Mark. **The Metaphysics of Mass Expressions**. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Eds. Edward Nouri Zalta e Uri Nodelman. Versão Outono 2022
- TALLANT, Jonathan. **Against Mereological Nihilism**. *Synthese*, vol. 191, no. 7. Berlim: Springer, 2014
- UNGER, Peter K.. **The Problem of the Many**. *Midwest Studies in Philosophy*, vol. 5, no. 1. Charlottesville: Philosophy Documentation Center, 1980
- VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca: Cornell University Press, 1990
- VARZI, Achille C.. **Mereology**. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Ed. Edward Nouri Zalta. Versão Primavera 2019